

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1998

*Aprimoramento do texto constitucional
e da legislação processual vigente.*

*Convivência harmônica
entre os Poderes.*

*Justiça célere,
acessível, presente
e democrática.*

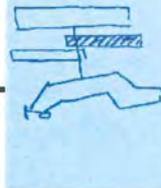
*Melhor qualidade
na prestação dos
serviços.*

PRESIDÊNCIA DO MINISTRO
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO



	Pág.
Galeria dos Ministros	III
Composição.....	VII
Organograma.....	XIII
Resumo.....	1
Atividades judicantes.....	11
Publicações e jurisprudência.....	13
Atividades extrajudiciais.....	15
Relações com os Poderes públicos e autoridades.....	25
Atividades administrativas.....	61
Conclusão.....	79
Anexos.....	81
Índice sistemático.....	125

GALERIA DOS MINISTROS



Cid Flaquer Scartezini
Vice-Presidente



Antônio de Pádua Ribeiro
Presidente



Luiz Carlos Fontes de Alencar
Coordenador-Geral da
Justiça Federal



José Fernandes Dantas
Aposent.: 6/10/1998



William Andrade Patterson



Romildo Bueno de Souza



Américo Luz
Aposent.: 25/2/1998



Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite



Nilson Vital Naves



Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira



Edson Carvalho Vidigal



Jacy Garcia Vieira



Luiz Vicente Cernicchiaro



Waldemar Zveiter



Sálvio de Figueiredo Teixeira



Raphael de Barros Monteiro Filho



Hélio de Melo Mosimann



Francisco Peçanha Martins



Demócrito Ramos Reinaldo



Humberto Gomes de Barros



Milton Luiz Pereira



Francisco Cesar Asfor Rocha



Adhemar Ferreira Maciel
Aposent.: 12/11/1998



José Anselmo de Figueiredo Santiago
Aposent.: 28/11/1998



Ruy Rosado de Aguiar Júnior



Vicente Leal de Araújo



Ari Pargendler



José Augusto Delgado



José Arnaldo da Fonseca



Fernando Gonçalves



Carlos Alberto Menezes Direito



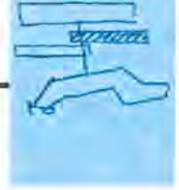
Felix Fischer



Aldir Guimarães
Passarinho Junior



Gilson Langaro Dipp



Ao encerrar as suas atividades, no ano de 1998, era a seguinte a composição do Tribunal:

PLENÁRIO

Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO Presidente (*)
Ministro WILLIAM Andrade PATTERSON
Ministro Romildo BUENO DE SOUZA
Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI Vice-Presidente
Ministro Paulo Roberto Saraiva da COSTA LEITE
Ministro NILSON Vital NAVES
Ministro EDUARDO Andrade RIBEIRO de Oliveira
Ministro EDSON Carvalho VIDIGAL Diretor da Revista
Ministro Jacy GARCIA VIEIRA
Ministro Luiz VICENTE CERNICCHIARO
Ministro WALDEMAR ZVEITER
Ministro Luiz Carlos FONTES DE ALENCAR Coordenador-Geral da Justiça Federal
Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO Teixeira
Ministro Raphael de BARROS MONTEIRO Filho
Ministro HÉLIO de Melo MOSIMANN
Ministro Francisco PEÇANHA MARTINS
Ministro DEMÓCRITO Ramos REINALDO
Ministro Humberto GOMES DE BARROS
Ministro MILTON LUIZ PEREIRA
Ministro Francisco CESAR ASFOR ROCHA
Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR Júnior
Ministro VICENTE LEAL de Araújo
Ministro ARI PARGENDLER
Ministro JOSÉ Augusto DELGADO
Ministro JOSÉ ARNALDO da Fonseca
Ministro FERNANDO GONÇALVES

Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

Ministro FELIX FISCHER

Ministro ALDIR Guimarães PASSARINHO JUNIOR

Ministro GILSON Langaro DIPP

Vago

Vago

Vago

(*) Ministro AMÉRICO LUZ Presidente até 24/2/1998

CORTE ESPECIAL

Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO Presidente (*)

Ministro WILLIAM PATTERSON

Ministro BUENO DE SOUZA

Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI - Vice-Presidente

Ministro COSTA LEITE

Ministro NILSON NAVES

Ministro EDUARDO RIBEIRO

Ministro EDSON VIDIGAL

Ministro GARCIA VIEIRA

Ministro VICENTE CERNICCHIARO

Ministro WALDEMAR ZVEITER

Ministro FONTES DE ALENCAR

Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO

Ministro HÉLIO MOSIMANN

Ministro PEÇANHA MARTINS

Ministro DEMÓCRITO REINALDO

Ministro GOMES DE BARROS

Ministro MILTON LUIZ PEREIRA

Ministro VICENTE LEAL

Ministro JOSÉ ARNALDO

Ministro FERNANDO GONÇALVES

Ministro FELIX FISCHER (**)

(*) Ministro AMÉRICO LUZ Presidente até 24/2/1998

(**) Substituindo o Ministro WILLIAM PATTERSON

1ª SEÇÃO

Ministro PEÇANHA MARTINS Presidente

Ministro GARCIA VIEIRA

Ministro HÉLIO MOSIMANN

Ministro DEMÓCRITO REINALDO

Ministro GOMES DE BARROS

Ministro MILTON LUIZ PEREIRA

Ministro ARI PARGENDLER

Ministro JOSÉ DELGADO

Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR

Vago

1ª TURMA

Ministro MILTON LUIZ PEREIRA Presidente

Ministro GARCIA VIEIRA

Ministro DEMÓCRITO REINALDO

Ministro GOMES DE BARROS (*)

Ministro JOSÉ DELGADO

(*) Presidente até 04/2/1998

2ª TURMA

Ministro ARI PARGENDLER Presidente

Ministro HÉLIO MOSIMANN

Ministro PEÇANHA MARTINS (*)

Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR

Vago

(*) Presidente até 17/6/1998

2ª SEÇÃO

Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO Presidente

Ministro BUENO DE SOUZA

Ministro COSTA LEITE

Ministro NILSON NAVES

Ministro EDUARDO RIBEIRO

Ministro WALDEMAR ZVEITER (*)

Ministro BARROS MONTEIRO

Ministro CESAR ASFOR ROCHA

Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR

Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

(*) Presidente até 10/11/1998

3ª TURMA

Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO Presidente

Ministro NILSON NAVES

Ministro EDUARDO RIBEIRO

Ministro WALDEMAR ZVEITER

Ministro COSTA LEITE (*)

(*) Presidente até 16/11/1998

4ª TURMA

Ministro BARROS MONTEIRO Presidente

Ministro BUENO DE SOUZA

Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO

Ministro CESAR ASFOR ROCHA

Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR

3ª SEÇÃO

Ministro VICENTE CERNICCHIARO - Presidente

Ministro WILLIAM PATTERSON

Ministro EDSON VIDIGAL (*)

Ministro VICENTE LEAL

Ministro JOSÉ ARNALDO

Ministro FERNANDO GONÇALVES

Ministro FELIX FISCHER

Ministro GILSON DIPP

Vago

Vago

(*) Presidente até 15/7/1998

5ª TURMA

Ministro JOSÉ ARNALDO Presidente

Ministro EDSON VIDIGAL (*)

Ministro FELIX FISCHER

Ministro GILSON DIPP

Vago

(*) Presidente até 15/7/1998

6ª TURMA

Ministro VICENTE LEAL Presidente (*)

Ministro WILLIAM PATTERSON

Ministro VICENTE CERNICCHIARO

Ministro FERNANDO GONÇALVES

Vago

(*) Ministro ANSELMO SANTIAGO Presidente até 29/6/1998

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Ministro COSTA LEITE - Presidente

Ministro VICENTE CERNICCHIARO

Ministro WALDEMAR ZVEITER

Ministro ARI PARGENDLER - Suplente

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Ministro EDUARDO RIBEIRO Presidente (*)

Ministro EDSON VIDIGAL

Ministro BARROS MONTEIRO

Ministro HÉLIO MOSIMANN

Ministro DEMÓCRITO REINALDO

Ministro JOSÉ ARNALDO

(*) Ministro JOSÉ DANTAS Presidente até 5/10/1998

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO Presidente (*)

Ministro MILTON LUIZ PEREIRA

Ministro VICENTE LEAL

Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO - Suplente

(*) Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI - Presidente até 1º/4/1998

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO

Ministro NILSON NAVES Presidente (*)

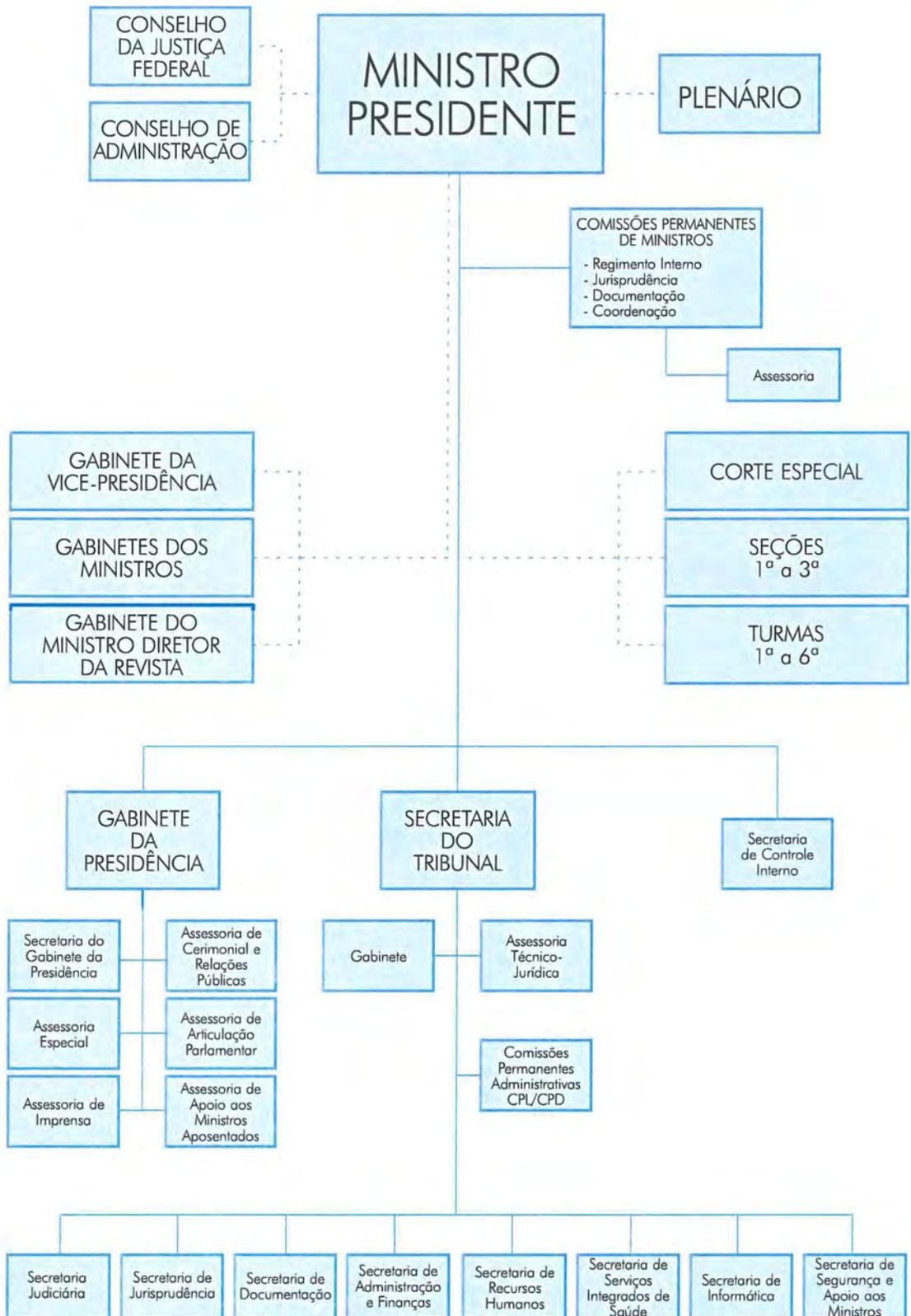
Ministro FONTES DE ALENCAR

Ministro GOMES DE BARROS

Ministro FERNANDO GONÇALVES - Suplente

(*) Ministro PEÇANHA MARTINS Presidente até 5/5/1998

ORGANOGRAMA





Dando cumprimento ao disposto no art. 21, inciso XXX, do Regimento Interno desta Corte, tenho a grata satisfação de apresentar-lhes, nesta sessão de abertura do ano judiciário, relatório circunstanciado das atividades e mapas dos julgados concernentes ao exercício de 1998, gestão que esteve sob a égide do Ministro Américo Luz até o dia 24 de fevereiro.

Ao suceder ao eminente Ministro, a quem registro o reconhecimento do Superior Tribunal de Justiça pelo profícuo trabalho, trazia eu um programa que poderia ser traduzido nestas linhas gerais de ação: contribuir, com os outros Poderes, para o aprimoramento do texto constitucional e da legislação processual vigente; procurar maior adequação do sistema judiciário hoje existente, com vistas a criar uma cultura de modernização contínua da atividade judicante; propiciar uma Justiça célere, acessível, presente e democrática; e garantir melhor qualidade na prestação dos serviços.

Não há negar que foram dez meses de lutas renhidas e combates íngenes, todavia, fazendo uma retrospectiva, é possível constatar um saldo positivo de realizações, a par da certeza de que tais metas, em parte já concretizadas, serão, com a ajuda de Deus, alcançadas, em nível satisfatório, até o final desta administração.

É alvissareiro assinalar que o Tribunal cumpriu a sua missão constitucional de zelar pela inteireza positiva, autoridade e uniformização interpretativa do Direito federal, apreciando matérias de magno interesse nacional e de grande importância para os cidadãos, com destacada repercussão na mídia, sobressaindo as relativas a privatizações, concessões de telefonia celular, definição de índices, interesse do consumidor e resguardo do patrimônio e liberdade das pessoas.

Sem dúvida, para que o período tenha sido concluído com boas perspectivas e esperança de dias melhores, foi imprescindível o irrestrito apoio dos insígnos Pares, aos quais reitero o meu apreço, ressaltando o labor denodado e eficiente em prol da Justiça brasileira.

Passo a expor, a seguir, resumo dos trabalhos levados a efeito em 1998.

No desempenho da sua função regimental e objetivando a consecução das metas propostas, o Presidente representou o Tribunal perante os outros Poderes, quer acompanhando, nas Casas do Congresso Nacional, a tramitação de projetos de lei, medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição do interesse desta Corte e do

Judiciário em geral, quer recebendo em audiência membros do Executivo e do Legislativo, nos níveis federal, estadual e municipal, assim como do próprio Judiciário, tais como: Ministros de Estado, Membros do Ministério Público, Senadores, Deputados e Magistrados de todo o Brasil. Em contrapartida, foi recebido pelos Excelentíssimos Senhores Presidente e Vice-Presidente da República, pelos Ministros de Estado da Fazenda e da Justiça e pelos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior do Trabalho.

Convém mencionar, entre tantas conquistas nesse plano, decorrentes, em parte, do empenho da Assessoria de Articulação Parlamentar, uma de grande significação. Atento às suas responsabilidades no que concerne à Justiça Federal, este Tribunal teve a iniciativa, juntamente com outros Tribunais Superiores, de apresentar projeto de lei, já aprovado pelo Congresso Nacional, daí advindo a Lei nº 9.655, de 2 de junho de 1998, a qual regulamentou a remuneração dos Juízes Federais. A sua implementação, é bem verdade, está suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal. No que se refere à matéria, porém, esta Corte não pode ser acusada de omissão, porquanto, nos limites das suas atribuições, cumpriu com o seu dever.

Na mesma esfera, sobressai uma vitória auspiciosa: foi sancionada, em dezembro, a Lei nº 9.756, oriunda de sugestões oferecidas por esta Corte de Justiça e encampada pelo Executivo, a qual prevê o recurso especial retido, quando manifestado de decisão interlocutória, e estabelece outras medidas voltadas para a desburocratização dos feitos, carreando, assim, a presteza do processo nos Tribunais Superiores e, também, nos Tribunais de Apelação. Isso representa um expressivo passo quanto à redução do número de causas que aqui adentram e quanto ao aprimoramento da função judicante.

Outro exemplo prático da colaboração entre os Poderes é o Projeto de Lei nº 4.569, de 1998, proveniente do Plenário deste Tribunal, que propõe a criação de cem novas Varas Federais especializadas em execuções fiscais e causas tributárias - são Varas compactas, leves e flexíveis, que, além do Juiz, terão reduzido número de servidores, sem prejuízo da eficiência que delas se espera. Em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei foi incluído entre as matérias objeto de apreciação da convocação extraordinária de janeiro de 1999, em regime de urgência, aprovado por

unanimidade, na Câmara e no Senado, tendo sido encaminhado à sanção do Presidente da República.

Consoante se infere da amostragem, a laboriosa atuação junto aos demais Poderes, visando ao entendimento mútuo, redundou em expressivos benefícios em prol da maior eficiência da atividade judicante e contribuiu para impulsionar a consecução dos objetivos desta administração.

Sólido relacionamento foi estabelecido, também, com autoridades estrangeiras, evidenciado pela concessão de audiência ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, a um Juiz do Tribunal Constitucional da Espanha, a uma delegação de autoridades do Judiciário francês, a numerosos Embaixadores, ao Procurador-Geral do Reino-Unido e ao Presidente da Comissão Judiciária do Estado da Louisiana.

Merece referência a viagem do Presidente à Europa, ocorrida em setembro, durante a qual esteve em Portugal, na cidade do Porto, a convite da Associação dos Magistrados Brasileiros, para participar do 41º Encontro Anual da União Internacional de Magistrados, seguindo para a Polônia e para a Rússia, a convite das respectivas Supremas Cortes de Justiça. Além dessas, a delegação visitou as principais Cortes sediadas em Varsóvia, Cracóvia, São Petersburgo e Moscou.

De igual modo, intentando aumentar o grau de conagração não só com os Poderes, mas com setores significativos da sociedade e do mundo jurídico, o Presidente apoiou a realização de simpósios nacionais e internacionais, neles tomando parte por meio de palestras e debates sobre temas de grande importância, como Mercosul, reforma do Judiciário, Direito Ambiental, Direito Constitucional, arbitragem, valores mobiliários e lavagem de dinheiro. Distingue-se a sua participação nos Encontros do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizados em diversos Estados.

Em todos os momentos, prestímosa foi a ação da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, sob a chefia do Dr. Ramsés Bahury de Souza Ramos, de saudosa memória, sempre presente, estabelecendo os contatos, organizando os eventos e recepcionando tanto as autoridades nacionais e estrangeiras, como os visitantes, numa postura de total apoio à Presidência.

No afã de emprestar modernidade e agilização às atividades, com o alvo maior de oferecer uma prestação jurisdicional condizente com a filosofia institucional e com os anseios da sociedade, a Presidência diligenciou várias providências. Destaca-se a implantação da nova estrutura orgânica, que promoveu, entre outros benefícios, a transformação das funções comissionadas, para atender às necessidades da nova estrutura, dotando de mais um assessor cada gabinete de Ministro e de diversas funções a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde e a de Informática, tudo sem acréscimo de gasto com pessoal. Ademais, promoveu a transferência de subordinação dos segmentos de apoio aos órgãos julgadores, os quais passaram a reportar-se diretamente aos seus Presidentes. Outras providências foram a ampliação da área física dos aludidos gabinetes, dando aos Senhores Ministros melhores condições de trabalho, e o aparelhamento das diversas unidades com modernos computadores e impressoras.

Os resultados dessa visão refletem-se no elevado número de feitos julgados, como se depreende das estatísticas a seguir, a despeito de ter a composição apresentado lacunas devido à aposentadoria dos Ministros Américo Luz, José Dantas, Adhemar Maciel e Anselmo Santiago, e ao licenciamento do Ministro William Patterson para tratamento da saúde.

Segundo os dados oficiais, dos 99.695 processos autuados, foram distribuídos 92.107 e julgados 85.694, remanescendo, apenas, 6.413, isto é, 6,96%. Computando-se 10.591 agravos regimentais e 5.182 embargos de declaração, o Tribunal proferiu 101.467 julgamentos, o que constitui uma média, por relator, de 3.622,52 feitos, superior à de 1997 (3.580,84). Constam, ainda, 99 suspensões de segurança apreciadas pela Presidência e 2.372 despachos por ela proferidos no âmbito da Secretaria Judiciária, além de 4.831 decisões em recursos extraordinários e 3.843 despachos diversos do Ministro Vice-Presidente.

Não obstante o esforço hercúleo dos órgãos julgadores, comprovado, também, pelas 426 sessões realizadas e pelos 48.302 acórdãos publicados, restam pendentes de julgamento, afora os 6.413 processos de 1998, 40.789 de anos anteriores, aí incluídos 6.045 com vista ao Ministério Público. O número total de remanescentes representa cerca de 10% das causas recebidas pelo Tribunal desde a sua criação, ou, em termos práticos, o trabalho da Corte durante um semestre. Em outras palavras, o Tribunal vem

cumprindo com eficiência a sua missão constitucional.

É relevante, de igual modo, no bojo das iniciativas de modernização e melhoria da atividade judicante, o louvável trabalho da Comissão de Jurisprudência. Por diligência do Ministro Eduardo Ribeiro, seu Presidente, foi lançado o periódico semanal *Informativo de Jurisprudência do STJ*, já na Internet, publicação oficiosa que registra notícias sobre a nossa jurisprudência, embasadas em decisões ainda não divulgadas oficialmente, colhidas, durante a semana, das sessões de julgamento.

Um aspecto promissor da gestão foi o avanço no processo de consolidação da imagem do Tribunal perante a opinião pública. Na verdade, os repositórios mostram que a mídia divulgou amplamente as decisões da Corte, sendo favoráveis, na grande maioria, as notícias a ela referentes. Muito contribuiu para esse desfecho a postura deste Colegiado, aliada ao proficiente desempenho da Assessoria de Imprensa, que, a par de numerosas realizações, viabilizou entrevistas da Presidência e dos Senhores Ministros com variados órgãos da imprensa falada, escrita e televisiva.

É auspicioso assinalar que hoje, conforme recente pesquisa do **Vox Populi** promovida pela Associação dos Magistrados Brasileiros, dos três Poderes da República, o Judiciário é o que inspira maior confiança no povo. Já não é o terceiro, como se fosse o menor e mais frágil deles, mas um baluarte forte do Estado conceituado, presente, atuante, envolvido com a problemática social, em parceria de igualdade com os outros dois.

O Tribunal, com o fito de intensificar a presteza e a qualidade dos seus serviços, promoveu a modernização dos diversos setores, mormente os que dão suporte à sua atividade-fim.

A propósito, com a publicação do Ato nº 185/STJ, de 12/5/1998, substanciais alterações ocorreram no funcionamento da Secretaria de Controle Interno, traduzidas em significativa melhoria dos trabalhos. Assim, a sua atuação, de corretiva que era, tornou-se eminentemente preventiva, ensejando a detecção de falhas, a serem supridas antes da consumação dos atos de gestão administrativa.

Em estrita comunhão com a filosofia institucional, a Secretaria do Tribunal, sob a competente direção do Dr. Miguel Augusto Fonseca de Campos, voltada, sempre, para o integral alcance dos alvos previstos, envidou esforços para, por intermédio das

unidades que a compõem, cumprir as suas atribuições, e isso fez com uma política de intensificação e aperfeiçoamento das ações; modernização dos métodos de trabalho; busca da economia e do aumento da produtividade; capacitação profissional e elevação do nível de qualidade dos serviços.

Nesse contexto, é de se notar o considerável avanço no campo da informática, como se vê da breve exemplificação.

A Secretaria Judiciária, em parceria com a de Informática, implantou o Diário da Justiça eletrônico, ou seja, os despachos e decisões a serem publicados pela Imprensa Nacional passaram a ser encaminhados pela Internet, procedimento que gerou grande economia de tempo e recursos, além de propiciar a sua disponibilização constante. Outrossim foi instalado, recentemente, em solenidade ocorrida na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo, o sistema STJ/Push, o qual possibilita aos usuários, no Brasil e no exterior, acompanhar o andamento dos processos em tramitação, bastando cadastrar seu e-mail no site do Tribunal. Ademais, o acesso às informações já oferecidas via Internet tornou-se muito mais ágil, mercê da nova conexão dos nossos computadores à rede mundial. Outro passo relevante consiste no incremento da base de imagens, que tornou disponíveis, para consulta e impressão, cerca de 1,5 milhão de páginas com o inteiro teor dos acórdãos aqui lavrados.

Na área financeira, também houve resultados gratificantes. É digno de nota que, em decorrência do esforço conjunto de todos os segmentos, envolvendo renegociação de contratos, alternativas técnicas de execução de projetos de engenharia, mecanismos direcionados para a baixa do consumo de energia e aplicação de critérios com vistas à redução de preço das contratações de grande vulto, notadamente as que abrangem emprego de mão-de-obra, apurou-se uma economia de R\$ 3,5 milhões. Economizou-se, ainda, com a atualização da frota de veículos, em uso há mais de 10 anos, que acarretava elevado custo de manutenção e consumo, o que se fez observando a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Especial atenção conferiu-se aos recursos humanos. Como ponto de partida, foi desativado o sistema terceirizado, antes responsável pela elaboração do cadastro e da folha de pagamento, implantando-se, no seu lugar, um novo e completo sistema de administração de recursos humanos, desenvolvido, inteiramente, pelos técnicos do

Tribunal, por meio do qual os diversos setores da área passaram a dispor de módulos próprios, com todas as informações sobre a vida funcional, constantemente atualizadas e integradas.

Em decorrência da Lei nº 9.421/96, que cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, foi baixado o Ato nº 487/98, regulamentando o enquadramento dos funcionários desta Corte nos novos cargos, por área de atividade e especialidade. Essa medida possibilita melhor aproveitamento dos recursos humanos nas diversas unidades, compatibilizando o perfil do servidor com as atividades desenvolvidas, bem como ensejando flexibilidade na sua movimentação.

Com o objetivo de dotar a área-fim e a de apoio especializado, como saúde e informática, de maior número de cargos, devido ao crescente volume de trabalho e ao desenho da nova estrutura orgânica, foram transformados cargos vagos de outras áreas menos necessitadas, ajustando-se o Quadro de Pessoal à nova realidade dos serviços.

Paralelamente à implantação definitiva do Plano de Carreira, foram apreciados quase todos os processos administrativos de exercícios anteriores envolvendo direitos e vantagens dos servidores, há muito pendentes de solução, pondo-se em dia, quando devido, o pagamento dos atrasados, sempre em conformidade com as disponibilidades orçamentárias.

Promoveram-se, ainda, a implementação de projetos e a realização de cursos de desenvolvimento gerencial e outros mais, todos visando à capacitação profissional e à valorização pessoal. Sem deslustrar os demais, vale ressaltar o Curso de Administração Judiciária, em nível de pós-graduação, que formou a sua segunda turma, de 27 participantes. Contudo o processo de busca da excelência não se limitou a essa esfera; extrapolou as expectativas de refinamento do corpo funcional com a instituição da videoteca jurídica, a qual permite aos servidores constante reciclagem dos conhecimentos sobre Direito. Sobressaem, de igual modo, a continuidade do programa de escolaridade supletiva para os funcionários e a oportunidade concedida a estudantes das redes oficial e particular de aplicarem, como estagiários contratados, os conhecimentos adquiridos na escola.

Por outro lado, não descurou o Tribunal da saúde dos que aqui labutam, como se infere das medidas adotadas para a sua reestruturação orgânica. Dois fatores foram

preponderantes no desenvolvimento das ações concernentes à assistência médico-odontológica: a convicção de que é importante oferecer condições de bem-estar físico e mental aos servidores, para que sejam saudáveis e possam exercer com mais eficiência as suas funções e a premência de compensar a redução gradual registrada, a cada ano, no orçamento do Programa de Assistência aos Servidores do Tribunal (Pró-Ser).

Assim, optou pela implantação de uma nova estrutura na Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, o que permitiu ampliar o atendimento ambulatorial nos seus consultórios, restringindo o serviço de terceiros a consultas especializadas, exames laboratoriais e casos de internação. Dessarte, o atendimento, nas dependências da própria Secretaria, dos casos que dispensam equipamentos sofisticados possibilita a economia dos recursos daquele Programa, que estão sendo reservados para as situações mais graves.

Movido, ainda, pela visão de que, no âmbito da saúde, é preferível prevenir a remediar, especial cuidado dispensou o Tribunal à medicina preventiva com o desenvolvimento de três programas voltados para dependência química, estresse do dia-a-dia e problemas causados por esforço repetitivo ou má postura, e com a realização da Semana da Saúde, durante a qual houve medição de níveis de colesterol, glicose e pressão arterial, com posterior encaminhamento para consulta, quando necessário. Mantendo o caráter preventivo, vacinou contra gripe os servidores e Magistrados com mais de cinquenta anos.

Não se pode olvidar que muito do êxito obtido deve-se ao primoroso trabalho do Pró-Ser, unidade dirigida pelo Ministro Peçanha Martins em cooperação com a Presidência.

Além dos aspectos mencionados, buscou-se a humanização do ambiente de trabalho, porfiando por torná-lo uma extensão da família, visão coroada pela construção do Lactário, com capacidade para 40 crianças, pela outorga da Medalha de Mérito do Servidor Judiciário aos 69 servidores mais votados e pela confraternização natalina. Cumpre realçar, no último tópico, o emocionante quadro, repleto de esperança de dias melhores, que se contemplou no Tribunal: os Ministros e mais de dois mil servidores de todos os níveis hierárquicos reunidos em ambiente humano, fraterno e alegre, num mesmo espírito, celebrando a festa máxima da cristandade.

Por último, foi elaborado e aprovado, estando em fase de implantação, o novo Plano de Segurança do Tribunal, cuja ênfase é o aprimoramento do controle de acesso, compreendendo a construção de portarias externas, instalação de equipamentos inteligentes e estações de segurança dotadas de alarme, ampliação e modernização do circuito fechado de televisão, utilização de aparelhos de Raio-X e detectores de metais no prédio dos Órgãos julgadores, bem como o emprego daqueles na triagem da correspondência.

Ao concluir este relato, reitero o que tenho asseverado em outras ocasiões: o Estado está em crise, e a sua atuação, em dissonância com o que dele esperam os cidadãos, em função de quem se processa a sua existência. A desestruturação da previdência social e a constante alteração da política econômica, tributária e, também, de pessoal ocasionam um incomensurável número de causas a abarrotar os Juízos e Tribunais. De outra parte, a legislação é promulgada e modificada a todo momento, trazendo insegurança jurídica e dificultando a tarefa do Judiciário. Em suma, os entes públicos não funcionam a contento em benefício da coletividade e têm-se esquecido da sua finalidade precípua, qual seja, a de realizar o bem comum e, em decorrência, ajudar a população a alcançar a sua grande aspiração: efetivar o sonho de ser feliz.

Inserido nesse contexto marcado pela instabilidade, empenhou-se, com denodo, o Superior Tribunal de Justiça, no decorrer de 1998, em prol da mudança do cenário nacional. E, como se infere da exposição feita, passos substanciais foram dados nesse sentido, ao atingir parte das metas propostas para o biênio, o que se deve à filosofia institucional, à política de trabalho adotada e à cooperação incondicional dos Pares, assim como ao nível profissional e abnegação do contingente de servidores.

Dessarte, imbuído da certeza de que, no ano que se inicia, mais ingente será o esforço desta Corte para continuar obtendo expressivos resultados, sempre no intento de alcançar cabalmente tais propósitos, externo a todos os meus agradecimentos.



Os resultados da visão de propiciar uma justiça célere e acessível refletem-se no elevado número de feitos julgados, como se depreende das estatísticas a seguir, a despeito de ter a composição apresentado lacunas devido à aposentadoria dos Ministros Américo Luz, José Dantas, Adhemar Maciel e Anselmo Santiago, e ao licenciamento do Ministro William Patterson para tratamento da saúde.

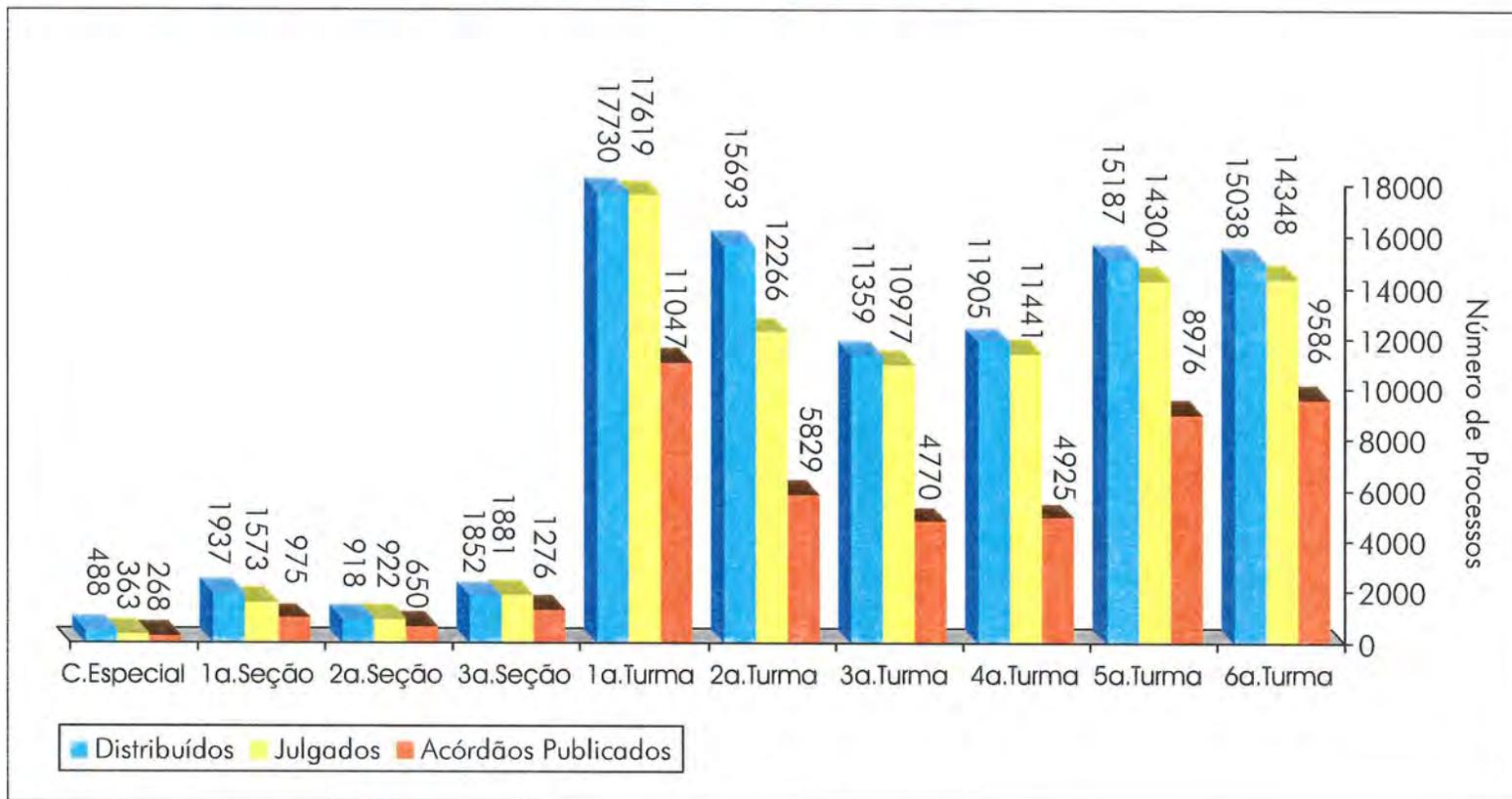
Segundo os dados oficiais, dos 99.695 processos autuados, foram distribuídos 92.107 e julgados 85.694, remanescendo, apenas, 6.413, isto é, 6,96%. Computando-se 10.591 agravos regimentais e 5.182 embargos de declaração, o Tribunal proferiu 101.467 julgamentos, o que constitui uma média, por relator, de 3.622,52 feitos, superior à de 1997 (3.580,84). Constam, ainda, 99 suspensões de segurança apreciadas pela Presidência e 2.372 despachos por ela proferidos no âmbito da Secretaria Judiciária, além de 4.831 decisões em recursos extraordinários e 3.843 despachos diversos do Ministro Vice-Presidente.

Não obstante o esforço hercúleo dos órgãos julgadores, comprovado, também, pelas 426 sessões realizadas e pelos 48.302 acórdãos publicados, restam pendentes de julgamento, afora os 6.413 processos de 1998, 40.789 de anos anteriores, aí incluídos 6.045 com vista ao Ministério Público. O número total de remanescentes representa cerca de 10% das causas recebidas pelo Tribunal desde a sua criação, ou, em termos práticos, o trabalho da Corte durante um semestre. Em outras palavras, o Tribunal vem cumprindo com eficiência a sua missão constitucional.

O cotejo das estatísticas processuais entre o primeiro e o décimo ano de funcionamento mostra que o volume de trabalho evoluiu de 3.711 feitos julgados em 1989 para 101.467 em 1998 (2.634,22%), embora a composição do Tribunal tenha permanecido inalterada e se tenha registrado séria evasão de servidores em razão dos baixos salários.

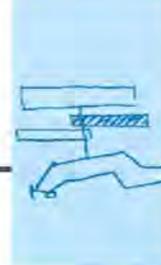
O gráfico seguinte expõe o resumo das atividades judicantes, e o Anexo I traz os mapas dos julgados.

Gráfico Geral das Atividades Judicantes - Ano: 1998



Fontes: Subsecretaria de Avaliação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Notas: Nos processos julgados não estão incluídos 10.591 Agravos Regimentais e 5.182 Embargos de Declaração, totalizando 15.773 feitos. Estão incluídos os processos decididos monocraticamente.



O Gabinete do Ministro Diretor da Revista, sob a administração do Ministro Edson Vidigal, ofereceu ao público cerca de 62.000 exemplares das obras que lhe cabe coordenar, conforme quadro abaixo:

OBRA	PERIODICIDADE	TIRAGEM	DISTRIBUIÇÃO
Revista do Superior Tribunal de Justiça	mensal	12.000	externa
Ementário de Jurisprudência	quadrimestral	8.000	externa
Boletim do STJ	quinzenal	31.584	interna/externa
Julgados	mensal	6.840	interna/externa
Boletim de Serviço	quinzenal	3.370	interna

Dessas obras, a Revista e o Ementário, após receberem subsídios do Gabinete, são editadas, publicadas e comercializadas por editora contratada, mediante concorrência pública, para tal fim.

Nos doze números da Revista emitidos em 1998, constam 1.013 acórdãos e 32 despachos, valendo ressaltar que o de dezembro, ampliado, contém os índices analítico e sistemático do ano, enquanto nos volumes de 101 a 108 estão compendiadas as Súmulas de números 183 a 211.

Já com versão em CD ROM, o Ementário de Jurisprudência reuniu, nos seus três volumes, 1.607 ementas das 3.500 analisadas, verbetadas e indexadas, após selecionadas entre os acórdãos publicados.

A diligente equipe do Gabinete, no cumprimento de uma rotina que abrange desde a coleta do material à distribuição das obras, obteve considerável êxito na sua função de levar as ações do Superior Tribunal de Justiça aos segmentos do Poder Judiciário, colocando-as ao alcance de tantos quantos nele militam ou com ele se relacionam, fruto do eficiente e harmônico trabalho dos coordenadores e demais cooperadores, os quais não pouparam esforços rumo à consecução dos objetivos estabelecidos.

No âmbito da Secretaria de Jurisprudência, foram analisados 6.233 acórdãos e inseridos 40.856 na base de dados, sendo 16.676 principais e 24.180 sucessivos. Já as pesquisas alcançaram o elevado número de 13.014, das quais 11.250 foram solicitadas

por advogados e, tão-só, 1.764 por gabinetes de Ministros, tendo em vista grande parte dos seus servidores já operar o sistema.

É relevante, de igual modo, no bojo das iniciativas de modernização e melhoria da atividade judicante, o louvável trabalho da Comissão de Jurisprudência. Por diligência do Ministro Eduardo Ribeiro, seu Presidente, foi lançado o periódico semanal *Informativo de Jurisprudência do STJ*, já na Internet, publicação oficiosa que registra notícias sobre a jurisprudência do Tribunal, embasadas em decisões ainda não divulgadas, colhidas, durante a semana, das sessões de julgamento. Ademais, a Comissão, dos 49 projetos de súmulas, aprovou 24, que, submetidos à apreciação dos órgãos julgadores, resultaram em quinze novos verbetes, totalizando 215 os enunciados de súmulas até o final do exercício.



1 - ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E MEMBROS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Na Sessão Plenária do dia 18 de março, foram eleitos os Ministros Antônio de Pádua Ribeiro e Cid Flaquer Scartezzini para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desta Corte.

Para a composição do Tribunal Superior Eleitoral, na Sessão do dia 18 de fevereiro, foi eleito o Ministro Eduardo Ribeiro, para o cargo de Membro efetivo, em virtude do término do biênio do Ministro Costa Leite, elegendo-se, para a conseqüente vaga de Membro substituto, o Ministro Garcia Vieira, em Sessão do dia 1º de abril.

Adiante, em decorrência do término do mandato, naquela Corte, do Ministro Nilson Naves, para a sua vaga de Membro efetivo, foi eleito o Ministro Edson Vidigal, em Sessão do dia 17 de junho, elegendo-se o Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, em Sessão do dia 1º de julho, para a respectiva vaga de Membro substituto.

2 - APOSENTADORIAS

No ano de 1998, aposentaram-se os Ministros Américo Luz (Dec. de 20/2), José Dantas (Dec. de 6/10), Adhemar Maciel (Dec. de 12/11) e Anselmo Santiago (Dec. de 29/12).

Constata-se, ao cotejar as vagas registradas com as posses, que o ano foi concluído com três Ministros a menos na composição do Tribunal. Em que pese a essa circunstância, a produção judicante excedeu a do exercício anterior, como exposto no Capítulo II.

3 - INDICAÇÕES À VAGA DE MINISTRO

Em observância ao disposto no art. 10, inciso VI, do Regimento Interno, no ano de 1998, o Tribunal elaborou as seguintes listas tríplexes:

Sessão de 3/6 (vaga do Ministro Américo Luz)

Juízes

Gilson Langaro Dipp

José Lázaro Alfredo Guimarães

Eliana Calmon Alves

Sessão de 24/11 (vaga do Ministro José Dantas)

Membros do Ministério Público

Hamilton Carvalhido

Francisco de Assis do Rêgo Monteiro Rocha

Antonio Fernando Barros e Silva de Souza

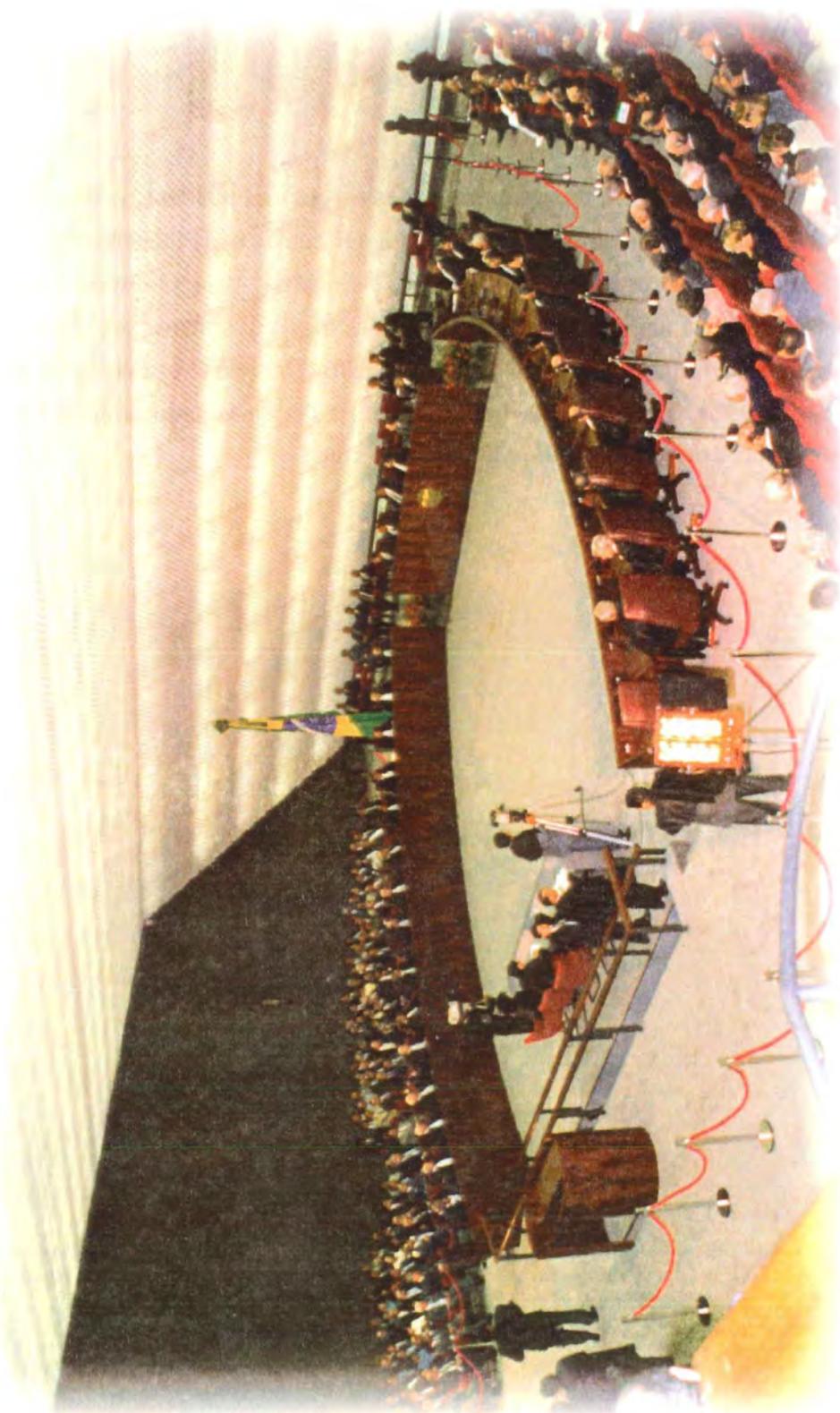
4 - POSSES DE MINISTROS

No dia 2 de abril, tomaram posse nos cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Ministros Antônio de Pádua Ribeiro e Cid Flaquer Scartezzini.

Passaram a integrar o Tribunal os Ministros Aldir Guimarães Passarinho Junior e Gilson Langaro Dipp, empossados, respectivamente em 28/5 (Decreto Presidencial de 13/5/98 - D.O. de 14/5/98) e 29/6 (Decreto Presidencial de 19/6/98 - D.O. de 22/6/98), o primeiro na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José de Jesus Filho, e o segundo, na do Ministro Américo Luz.



No início da solenidade de posse, entrada do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro e sua esposa, Dra. Ívis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro, acompanhados do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso.



Visão Panorâmica do Plenário por ocasião da solenidade de posse.



Composição da mesa: o Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro; o Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; o Presidente da República Doutor Fernando Henrique Cardoso; Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Celso de Mello; e o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.



O Presidente eleito, Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, assina o termo de posse.



O Ministro Costa Leite, do STJ, saudando o Presidente eleito.



Representando o Ministério Público Federal, usou da palavra a Subprocuradora-Geral Delza Curvello Rocha.



Em nome da classe dos advogados, o Sr. Reginaldo Oscar de Castro, Presidente do Conselho Federal da OAB, saudou o Presidente do STJ.



O Presidente e o Vice-Presidente da República e o Presidente do Supremo Tribunal Federal cumprimentam o novo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.





Após a cerimônia, vê-se o Presidente da República ladeado pelo Presidente e Vice-Presidente do STJ, Ministros Antônio de Pádua Ribeiro e Cid Flaquer Scartezini



O Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, sua esposa Dra. Ívis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro, e o Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional

5-HOMENAGENS

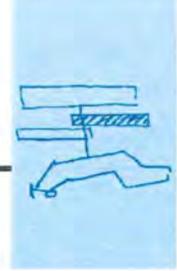
Em razão de suas aposentadorias, foram prestadas homenagens aos Ministros José de Jesus Filho e Américo Luz, em sessão plenária, nos dias 27 de maio e 5 de agosto, respectivamente.



Flagrante da solenidade em que foi homenageado O Ministro José de Jesus.



Momento da Sessão em homenagem ao Ministro Américo Luz.



1 - RELAÇÕES NACIONAIS

No desempenho da sua função regimental e objetivando a consecução da primeira meta proposta, o Presidente representou o Tribunal perante os outros Poderes, quer acompanhando, nas Casas do Congresso Nacional, a tramitação de projetos de lei, medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição do interesse desta Corte e do Judiciário em geral (Anexo II), quer recebendo em audiência membros do Executivo e do Legislativo, nos níveis federal, estadual e municipal, assim como do próprio Judiciário, tais como: Ministros de Estado, membros do Ministério Público, Senadores, Deputados e Magistrados de todo o Brasil. Em contrapartida, foi recebido pelos Excelentíssimos Senhores Presidente e Vice-Presidente da República, pelos Ministros de Estado da Fazenda e da Justiça e pelos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior do Trabalho.



Vê-se o Ministro de Estado do Exército, General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, sendo recebido em audiência pelo Presidente do STJ.



*O Presidente do STJ recebendo o Ministro de Estado das Comunicações,
Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros.*



Momento da Audiência concedida ao Ministro de Estado da Justiça, Dr. Renan Calheiros.



O Presidente do STJ durante audiência concedida ao Ministro de Estado da Aeronáutica, Ten.-Brig.-do-Ar Lélvio Viana Lôbo.



"Flash" da audiência concedida pelo Vice-Presidente da República ao Presidente do STJ.



O Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan, recebe em audiência o Presidente do STJ.



O Presidente do STJ no momento em que é recebido pelo Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer.



Exposição sobre a "Súmula Vinculante" na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados - 21/1/1998.

Convém mencionar, entre tantas conquistas nesse plano, decorrentes, em parte, do empenho da Assessoria de Articulação Parlamentar, uma de grande representatividade. Atento às suas responsabilidades no que concerne à Justiça Federal, o Tribunal teve a iniciativa, juntamente com outros Tribunais Superiores, de apresentar projeto de lei, já aprovado pelo Congresso Nacional, daí advindo a Lei nº 9.655, de 2/6/1998, a qual regulamentou a remuneração dos Juizes Federais. A sua implementação, é bem verdade, está suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal. No que se refere à matéria, porém, esta Corte não pode ser acusada de omissão, porquanto, nos limites das suas atribuições, cumpriu com o seu dever.

Na mesma esfera, sobressai uma vitória auspiciosa: foi sancionada, em dezembro, a Lei nº 9.756, oriunda de sugestões oferecidas por esta Corte de Justiça e encampada pelo Executivo, que prevê o recurso especial retido, quando manifestado de decisão interlocutória, e estabelece outras medidas voltadas para a desburocratização dos feitos, carreando, assim, a presteza do processo nos Tribunais Superiores e, também, nos Tribunais de Apelação. Isso representa um significativo passo quanto à redução do número de causas que aqui adentram e quanto ao aprimoramento da função judicante.

Outro exemplo prático da colaboração entre os Poderes é o Projeto de Lei nº 4.569, de 1998, proveniente do Plenário deste Tribunal, que propõe a criação de cem Varas Federais especializadas em execuções fiscais e causas tributárias. São Varas compactas, leves e flexíveis, que, além do Juiz, terão reduzido número de servidores, sem prejuízo da eficiência que delas se espera. Em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei foi incluído entre as matérias objeto de apreciação da convocação extraordinária de janeiro de 1999, em regime de urgência, aprovado por unanimidade, na Câmara e no Senado, tendo sido encaminhado à sanção do Presidente da República.

Ainda nessa linha de atuação, compareceu à audiência pública, no dia 21/1/1998, a convite da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, para tecer apreciações e debater sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 500, de 1997 (PEC nº 54/95 do Senado Federal), que dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal. Na ocasião, sustentou que a súmula vinculante, no que se refere ao

Supremo Tribunal Federal, deve adstringir-se a matéria constitucional. A sua sugestão foi acolhida pelo ilustre Relator, Deputado Ney Lopes, e, posteriormente, pela Comissão.

Consoante se infere da amostragem, a laboriosa atuação junto aos demais Poderes, visando ao entendimento mútuo, redundou em expressivos benefícios em prol da maior eficiência da atividade judicante e contribuiu para impulsionar a consecução dos objetivos desta administração.

2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1 Autoridades recebidas

Sólido relacionamento foi estabelecido, também, com autoridades estrangeiras, evidenciado pela concessão de audiência ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, Sr. Malan Bacai Shanã, ao Juiz Pablo Cachón Villar, do Tribunal Constitucional da Espanha, a uma delegação de autoridades do Judiciário francês, a numerosos Embaixadores, ao Procurador-Geral do Reino-Unido, Sr. John Morris, e ao Presidente da Comissão Judiciária do Estado da Louisiana, Sr. Bob Wright.



*O Presidente recebe
o Embaixador
da Turquia,
Sr. Dogan Alpan.*



O Embaixador da Áustria, Sr. Manfred Ortner, é recebido pelo Presidente do STJ.



O Embaixador do México, Sr. Jorge Eduardo Navarrete, recebido no Tribunal.



O Embaixador da Inglaterra, Sr. Donald Haskell, com o Ministro Presidente do STJ.



O Embaixador do Irã, Sr. Bahman Taherian Mobarekah, é recebido pelo Presidente do STJ.



O Ministro Presidente do STJ recebe em audiência o Embaixador da Polônia, Sr. Boguslaw Zakrzewski.



O Presidente do STJ ao receber em audiência o Embaixador da Espanha, Dr. Cesar Alba, e o Juiz Pablo Cachón Villar, do Tribunal Constitucional daquele país.



*Audiência concedida pelo Presidente do STJ
ao Procurador-Geral do Reino-Unido, John Morris*

2.2 Missão oficial na Europa

Merece referência a viagem oficial do Presidente à Europa, em setembro, durante a qual esteve em Portugal (dias 5 a 8), a convite da Associação dos Magistrados Brasileiros, para participar de encontro internacional de Magistrados, seguindo para a República da Polônia (dias 8 a 13) e, após, para a Federação da Rússia (dias 13 a 20), a convite das respectivas Supremas Cortes de Justiça. Além dessas, a delegação visitou as principais Cortes sediadas em Varsóvia, Cracóvia, São Petersburgo e Moscou.

2.2.1 Portugal

A convite da Associação dos Magistrados Brasileiros, estive na cidade do Porto, entre os dias 5 e 8, para participar do 41º Encontro Anual da União Internacional de Magistrados.



Na cidade do Porto, o Presidente do STJ e sua esposa, Dra. Ívis Glória, o Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, e o Desembargador Thiago Ribas Filho, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na solenidade de abertura do 41º Encontro Anual da União Internacional de Magistrados - UIM.

2.2.2 Polônia

Em Varsóvia, foi recebido pelo Primeiro-Presidente do Supremo Tribunal, Sr. Adam Strzembosz. Fez diversas visitas ao Supremo Tribunal, onde trocou informações com o seu Presidente e Juizes sobre a Justiça na Polônia e no Brasil. Sempre acompanhado do Presidente da Suprema Corte, visitou o Vice-Ministro da Justiça, Sr. Janusz Niemcewicz; o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Roman Hauser, e o Presidente do Parlamento da República da Polônia (SEJM), Marechal Maciej Plazynski, bem como o Centro de Aperfeiçoamento Profissional do Ministério da Justiça e o Conselho Nacional Judiciário. Nessas importantes entidades, usou da palavra para expor a estrutura e o funcionamento do Judiciário brasileiro, com especial destaque para a sua independência e as garantias da magistratura.

Participou dos principais momentos o Embaixador do Brasil em Varsóvia, Dr. Luiz Villarinho Pedroso, que, com lhanza e competência, procurou dar cobertura à delegação deste Tribunal. No dia 10, o Sr. Embaixador promoveu recepção na Embaixada, em comemoração da data nacional brasileira, a que compareceram o Presidente e Senhora.

No dia 11, o Presidente foi a Cracóvia, onde visitou o Tribunal da Voivodia, no qual foi recebido pelos Juizes da Corte; o Consulado, tendo sido recebido pelo Sr. Wlodzimierz Zimny, Cônsul Honorário; e a Universidade. Nessa viagem, esteve sempre acompanhado pelo Sr. Jan Wasilewski, Presidente do Supremo Tribunal, e pelo Sr. Krzysztof Sledziwski, Chefe do Departamento-Geral da Suprema Corte.

A Polônia retornou à democracia em 1989 e adota o sistema parlamentarista de governo. O Legislativo compõe-se do SEJM e do Senado; o Executivo, da Presidência e do Governo, formado pelo Primeiro-Ministro e Gabinetes; e o Judiciário, de Tribunais.

A principal autoridade judicial polonesa é a Suprema Corte, cuja tarefa constitucional é a administração da Justiça, juntamente com as Cortes comuns, administrativas e militares (art. 175, inciso I, da Constituição da República), e a supervisão das atividades das Cortes comuns e militares nas decisões que lhes concernem. A sua posição especial dentro do sistema judiciário é expressa no art. 1º, inciso I, do Ato da Suprema Corte. É composta, hoje, de 85 Ministros, nomeados

vitaliciamente, assim como os Juízes das Cortes comuns. Os Ministros exercem as suas funções até o limite de 65 anos, podendo o Conselho do Judiciário prolongar, a pedido, o seu exercício até a idade de 70 anos.

A competência básica da Suprema Corte resume-se no recurso de cassação contra as decisões das Cortes comuns e militares de segunda instância, cujo fundamento pode ser somente uma alegação de violação do direito. Nas matérias criminais, a cassação é um instrumento extraordinário de recurso contra julgamentos finais, o que, contudo, não implica a suspensão dos processos administrativos.

Antes da reforma do Judiciário introduzida entre 1989 e 1996, a Suprema Corte examinava os chamados "recursos extraordinários", os quais eram uma forma de apelação do julgamento final feito por autoridades administrativas (principalmente pelo Ministério da Justiça). Como resultado da reforma, o recurso extraordinário foi substituído pela cassação. Em 1997, 2.529 cassações em matérias criminais e 2.766 em matérias civis foram dirigidas à Suprema Corte. No mesmo período, quanto às matérias relativas à administração e seguridade social, foram enviados 1.189 recursos de cassação e, quanto às militares, 31.

Outra importante atividade da Suprema Corte é a adoção de resoluções interpretativas da lei, em particular aquelas visando ao esclarecimento de dúvidas levantadas durante o exame de questões legais. Em 1997, foram adotadas 174 resoluções desse tipo. Em contraste com os princípios seguidos durante o período de 1945 a 1990, essas resoluções não objetivam restringir a interpretação do Direito; servem para auxiliar as instâncias inferiores a interpretar as disposições das leis. As Cortes comuns podem referir-se às resoluções da Suprema Corte, contudo podem, também, adotar divergentes interpretações das leis.

As resoluções são feitas a pedido do Primeiro-Presidente da Suprema Corte, do Ministro da Justiça, do Procurador-Geral, do Comissário dos Direitos dos Cidadãos ou em resposta às questões legais formuladas pelas Cortes de Apelação, de modo a esclarecer questões legais levantadas no exame de matérias particulares. Servem para explicar disposições das leis que, porventura, suscitem dúvidas na prática forense ou gerem decisões divergentes.

Além disso, a Suprema Corte exerce outras funções que lhe são atribuídas por

lei, como decisões sobre a validade de eleições para o SEJM ou para o Senado, e eleições para Presidente da República. Ademais, emite opiniões quanto a esboços de projetos de lei.

Compõe-se a Suprema Corte de quatro Câmaras: Civil; Criminal; Administrativa, do Trabalho e Seguridade Social; e Câmara Militar. Seu dirigente é o Primeiro-Presidente, como o era antes da Segunda Guerra, e os das Câmaras são chamados Presidentes da Suprema Corte.

As Câmaras estão divididas em departamentos, seguindo diversos critérios. Assim, tal divisão pode embasar-se no tipo de matéria examinada (como é feito na Câmara Administrativa, do Trabalho e Seguridade Social), ou na divisão territorial do País (como no caso da Câmara Criminal).

O alcance da competência de cada Câmara varia de uma para outra, no sentido de que elas supervisionam decisões de vários setores judiciais. A Administrativa, do Trabalho e Seguridade Social tem características específicas. Além das funções similares às das outras Câmaras, ela examina o chamado recurso extraordinário contra as decisões da Corte Superior Administrativa. Esse recurso é um instrumento de apelação contra um julgamento final, proposto mais usualmente pelo Ministro da Justiça ou pelo Comissário dos Direitos dos Cidadãos. Constitui uma reminiscência do sistema legal existente no período anterior à reforma do Judiciário realizada entre os anos de 1989 e 1996.

A nova Constituição, adotada em 1997, dispõe que, até o ano 2002, duas instâncias administrativas judiciárias deverão ser criadas, cuja instituição resultará na transformação do recurso extraordinário, agora vigente em matérias administrativas, em recurso de cassação contra as decisões de segunda instância da Corte Superior Administrativa. A par disso, a Câmara Administrativa, do Trabalho e Seguridade Social examina recursos extraordinários contra decisões finais de Cortes disciplinares e decide acerca da validade de eleições presidenciais, parlamentares e referendos por todo o País.

A Câmara Militar também possui atribuições específicas. Não só exerce as funções análogas às da Câmara Criminal, mas também examina recursos contra decisões das Cortes militares dos distritos e supervisiona todas as atividades destas.

É importante registrar a hospitaleira recepção oferecida pela Suprema Corte

polonesa, especialmente pelo seu ilustre Primeiro-Presidente, jurista eminente, que, não obstante os inúmeros afazeres, encontrou tempo para, diariamente, comparecer ao café da manhã e às principais refeições no Hotel "Parkowa", onde se hospedou a delegação, além de ter oferecido refinado jantar, do qual participaram Juízes daquela Corte e altas autoridades do Governo polonês.



Durante a missão oficial, vê-se o Presidente do STJ com o Primeiro-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Polônia, Sr. Adam Strzembosz, e com outros Ministros daquela Corte.



Entrega da medalha do STJ ao Primeiro- Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Polônia.



Jantar solene em honra da delegação brasileira, oferecido pelo Primeiro-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, vendo-se o Embaixador do Brasil, Dr. Luiz Villarinho Pedroso, Juizes da Corte e altas autoridades polonesas.





O Presidente do STJ quando falava no Conselho Nacional Judiciário da Polônia.



Ainda na Polônia, o Presidente do STJ com o Sr. Adam Strzembosz e o Sr. Janusz Niemcewicz, Vice Ministro da Justiça



O Ministro Antônio de Pádua Ribeiro entrega medalha do STJ ao Presidente do Supremo Tribunal Administrativo da Polônia, Sr. Roman Hauser.



Na visita ao SEJM (Parlamento polonês), vêem-se o Presidente do STJ, o Primeiro-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Polônia, o Embaixador do Brasil, Dr. Luiz Villarinho Pedroso, e o Presidente do SEJM, Marechal Maciej Plazynski.



Visita ao Palácio de Wilanów pelos Presidentes Pádua Ribeiro e Adam Strzembosz e respectivas esposas, em Varsóvia.



Visita do Ministro Pádua Ribeiro à futura sede (em construção) do Supremo Tribunal de Justiça da Polônia



Chegada do Presidente Pádua Ribeiro e sua esposa, Dra. Ívis Glória à Estação Ferroviária de Cracóvia, acompanhados pelo Juiz-Presidente da Suprema Corte da Polônia, Sr. Jan Wasilewski e pela tradutora Moga.



Presidente do STJ, em visita ao Tribunal da Voivodia de Cracóvia, assinando o livro de honra



Ministro Antônio de Pádua Ribeiro entregando a Medalha do STJ à Vice-Presidente do Tribunal da Voivodia, Juíza Ana Naszcz.



Ministro Presidente e esposa no Consulado Honorário do Brasil em Cracóvia.



Visita do Presidente Pádua Ribeiro ao Museu da Universidade Jagieloniona, em Cracóvia, onde se vê o Globo terrestre no qual o Brasil aparece pela primeira vez

2.2.3 Rússia

Em São Petersburgo, foi recebido por delegação composta pelos Srs. Vladimir I. Radchenko, Primeiro Vice-Presidente do Supremo Tribunal da Federação da Rússia, e Tony V. Kochetkov, Consultor-Chefe daquela Corte de Justiça.

Visitou o Tribunal da cidade, onde foi recebido pelo seu Presidente, Dr. Vladimir Poloudniakov, também integrante da delegação russa, e por outros Juízes, que mostraram muito interesse pelo funcionamento do Judiciário brasileiro, especialmente no tocante às suas garantias e ao instituto do júri, em fase de implantação naquela cidade. Teve, ainda, contatos com Juízes de Puchkin.

No dia 16, partiu para Moscou, sendo recebido pela Embaixadora do Brasil, Dra. Thereza Maria Machado Quintella, e, com os representantes do Supremo Tribunal, foram ao encontro do seu Presidente, Sr. Viacheslav Mikhailovich Lebedev.

Mais de uma vez, visitou a Suprema Corte, onde teve contatos com os seus principais dirigentes, oportunidades em que foram trocadas informações proveitosas sobre o funcionamento do Judiciário na Rússia e no Brasil.

A Constituição russa em vigor foi aprovada por referendun nacional em 12 de dezembro de 1993. Naquele País há três Tribunais supremos: o Supremo Tribunal, que é o mais alto órgão forense para julgamento de causas cíveis, criminais, administrativas e outras que competem aos Tribunais de jurisdição geral; a Corte Constitucional; e o Alto Tribunal de Arbitragem, ao qual incumbe, em última instância, julgar os litígios econômicos e outras causas sob a jurisdição dos Tribunais de arbitragem.

A grande preocupação do Poder Judiciário concentra-se na criação de um Estado fundamentado nos princípios da lei e da defesa dos direitos humanos. Segundo o Presidente Lebedev, os direitos e liberdades determinam, hoje, a lógica da ação dos Poderes Executivo e Legislativo e são assegurados pelo Judiciário. Todavia, após acentuar que muito se fez em pouco tempo, indaga: "Podemos estar satisfeitos com a presente situação dos direitos humanos e a proteção legal que se lhes oferece?" E ele próprio responde: "Infelizmente, não, e tampouco pactuamos com isso. Ao contrário, adotamos medidas no sentido de eliminar quaisquer obstáculos à reforma do Judiciário,

que há de caminhar apenas numa direção: a de garantir a sua independência e a efetiva proteção dos direitos humanos."

O Código Penal entrou em vigor em 1º de janeiro de 1997, achando-se, então, em fase de conclusão, os trabalhos de redação dos Códigos de Processo Civil e Penal. Faltava, ainda, a aprovação da mais importante das leis do sistema judiciário: aquela que disporá sobre o funcionamento das Cortes na esfera federal e a atuação dos Juizes Federais, oferecendo solução sobre o financiamento das Cortes, introduzindo o júri e estabelecendo outras providências. Essa lei representará a base para outras, que regerão a Suprema Corte, as Cortes militares e o Tribunal do Júri.

Demonstraram os Juizes da Rússia especial interesse pelo nosso dispositivo constitucional, que assegura a liberação automática, até o dia vinte de cada mês, dos duodécimos das dotações orçamentárias.

Em Moscou, no dia 17, a Suprema Corte ofereceu jantar em honra da delegação, o mesmo tendo feito a Embaixada do Brasil, no dia 18.

Acompanhada do Presidente daquela Corte e da Embaixadora do Brasil, a delegação visitou a Corte Constitucional, onde foi recebida pelo seu Presidente, Sr. Marat V. Baglay; e a DUMA Estatal, onde foi recebida pelo seu Presidente, Deputado Guennadi Seleznirov. Visitou, ademais, o Ministério da Justiça e a Procuradoria-Geral da República, tendo sido recebida pelos seus dirigentes.

O Presidente da DUMA doou ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça uma escultura de bronze, a título de lembrança daquela Casa Legislativa, e o da Suprema Corte outorgou-lhe uma medalha.

No dia 18, a comitiva seguiu com o Presidente da Suprema Corte para a cidade de Serguiev-Possad, onde teve encontro com os juizes locais e com altos dignatários da Igreja Ortodoxa Russa.

Cumpre registrar a acolhedora recepção dada à delegação brasileira pela Suprema Corte, pelo seu Presidente e pelos demais Magistrados e dirigentes, que não deixaram, em nenhum momento, de demonstrar extrema cordialidade e hospitalidade a todos os seus integrantes.



Visita ao Tribunal do Júri de São Petersburgo, em fase de instalação.



O Ministro Presidente e esposa sendo recepcionados pelo Presidente do Tribunal de São Petersburgo, Dr. Vladimir Poloudniakov e Juízes daquela Corte.



Em Moscou, na DUMA (Câmara Baixa do Parlamento), encontro dos Presidentes do STJ e do Supremo Tribunal de Justiça da Rússia, Sr. Viacheslav Mikhailovich Lebedev, com o Presidente da DUMA, Deputado Guennadi Selezniou.



O Ministro Antônio de Pádua Ribeiro entrega medalha do STJ ao Presidente da Corte Constitucional da Rússia, Sr. Marat V. Baglay.



Ainda em Moscou, vendo-se a Dra. Ívis Glória, o Presidente do STJ, o Presidente da Corte Constitucional da Rússia, Sr. Marat V. Baglay, e a Embaixadora do Brasil, Sra. Thereza Maria Machado Quintella, em reunião de trabalho..



O presidente passando às mãos da Embaixadora do Brasil na Rússia, Sra. Thereza Maria Machado Quintella, medalha do STJ por ocasião de jantar oferecido à comitiva Brasileira.



Ministro Pádua Ribeiro fazendo entrega da Medalha do STJ ao Vice-Procurador-Geral da República Russa.



Ministro Presidente Pádua Ribeiro sendo recebido pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Rússia, Sr. Viacheslav Mikhailovich Lebedev.



O Presidente do STJ em reunião de trabalho com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Rússia.



Flagrante de comemoração em jantar oferecido ao Ministro Presidente do STJ e esposa pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Rússia.



O Presidente do STJ recebendo das mãos do representante da Igreja Ortodoxa livro sobre a referida entidade.



Ministro Pádua Ribeiro e Dra. Ívis Glória sendo recebidos pelo representante da Igreja Ortodoxa no Mosteiro "Lavra" na cidade de Serguiev Possad.

3 PARTICIPAÇÃO EM SIMPÓSIOS

Intentando aumentar o grau de congraçamento não só com os Poderes, mas com setores significativos da sociedade e do mundo jurídico, o Presidente apoiou a realização de simpósios nacionais e internacionais, neles tomando parte por meio de palestras e debates sobre temas de grande importância, como Mercosul, reforma do Judiciário, Direito Ambiental, Direito Constitucional, arbitragem, valores mobiliários e lavagem de dinheiro.



Participação do Presidente do STJ no Seminário sobre a Aplicação das Normas do Mercosul pelo Juiz Nacional, realizado nesta Corte.



O Presidente do STJ, ao fazer pronunciamento na abertura do XV Seminário Roma-Brasília, também levado a efeito nesta Corte.



O Presidente do STJ participa do I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional.



Momento em que o Presidente do STJ proferia palestra no I Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro.

Distingue-se a sua participação nos Encontros do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil em Curitiba/PR, Campo Grande/MS, Rio de Janeiro/RJ e Maceió/AL, pessoalmente e, nos Encontros realizados em Belém/PA e Boa Vista/RR, representado pelo Vice-Presidente, Ministro Cid Flaquer Scartezzini. Foram ricas oportunidades de intercâmbio desta Corte com mais um segmento do Judiciário, objetivando o fortalecimento de todo o Poder.



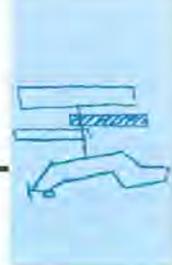
Flagrante do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado no Rio de Janeiro

Em todos os momentos, prestímosa foi a ação da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, sob a chefia do Dr. Ramsés Bahury de Souza Ramos, de saudosa memória, sempre presente, estabelecendo os contatos, organizando os eventos e recepcionando tanto as autoridades nacionais e estrangeiras, como os visitantes, numa postura de total apoio à Presidência.

Um aspecto promissor da gestão foi o avanço no processo de consolidação da imagem do Tribunal perante a opinião pública. Na verdade, os repositórios mostram que a mídia divulgou amplamente as decisões da Corte, sendo favoráveis, na grande maioria, as notícias a ela referentes. Muito contribuiu para esse desfecho a postura deste Colegiado, aliada ao proficiente desempenho da Assessoria de Imprensa, que, a par de numerosas realizações, viabilizou entrevistas da Presidência e dos Senhores Ministros com variados órgãos da imprensa falada, escrita e televisiva.

É auspicioso assinalar que hoje, conforme recente pesquisa do Vox Populi promovida pela Associação dos Magistrados Brasileiros, dos três Poderes da República, o Judiciário é o que inspira maior confiança no povo. Já não é o terceiro, como se fosse o menor e mais frágil deles, mas um baluarte forte do Estado conceituado, presente, atuante, envolvido com a problemática social, em parceria de igualdade com os outros dois.

Veja-se, no Anexo III, listagem dos eventos mencionados neste capítulo.



No afã de emprestar modernidade e agilização às atividades, com o alvo maior de oferecer uma prestação jurisdicional condizente com a filosofia institucional e com os anseios da sociedade, a Presidência diligenciou várias providências. Destaca-se a implantação da nova estrutura orgânica, que promoveu, entre outros benefícios, a transformação das funções comissionadas, para atender às necessidades da nova estrutura, dotando de mais um assessor cada gabinete de Ministro e de diversas funções a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde e a de Informática, tudo sem acréscimo de gasto com pessoal. Ademais, promoveu a transferência de subordinação dos segmentos de apoio aos órgãos julgadores, os quais passaram a reportar-se diretamente aos seus Presidentes. Outras providências foram a ampliação da área física dos aludidos gabinetes, dando aos Senhores Ministros melhores condições de trabalho, e o aparelhamento das unidades com modernos computadores e impressoras.

1 - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A propósito, com a publicação do Ato nº 185/STJ, de 12/5/1998, substanciais alterações ocorreram no funcionamento da Secretaria de Controle Interno, traduzidas em significativa melhoria dos trabalhos. Assim, a sua atuação, de corretiva que era, tornou-se eminentemente preventiva, ensejando a detecção de falhas, a serem supridas antes da consumação dos atos de gestão administrativa.

No exercício da sua função, portanto, cujo fim é a comprovação da legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, procedeu ao exame de toda a documentação suporte das operações realizadas pelo Tribunal, de forma que certificou a regular e racional aplicação dos recursos e utilização de bens públicos e avaliou os resultados alcançados (Anexo IV).

2 - SECRETARIA DO TRIBUNAL

Em estrita comunhão com a filosofia institucional, a Secretaria do Tribunal, sob a competente direção do Dr. Miguel Augusto Fonseca de Campos, voltada, sempre,

para o integral alcance dos alvos previstos, envidou esforços para, por intermédio das unidades que a compõem, cumprir as suas atribuições, e isso fez com uma política de intensificação e aperfeiçoamento das ações; modernização dos métodos de trabalho; busca da economia e do aumento da produtividade; capacitação profissional e elevação do nível de qualidade dos serviços.

2.1 Secretaria Judiciária

Inserida numa conjuntura em que integração, modernidade e qualidade são palavras-chave, a Secretaria Judiciária, em parceria com a de Informática, implantou o Diário da Justiça eletrônico, ou seja, os despachos e decisões a serem publicados pela Imprensa Nacional passaram a ser encaminhados pela Internet, procedimento que gerou grande economia de tempo e recursos, além de propiciar a sua disponibilização constante. Aos cofres públicos isso representa considerável redução de gastos: cerca de um milhão de páginas a cada dois dias e, para o meio ambiente, significa a preservação de 138 mil árvores por ano.

Com o escopo de facilitar o trabalho dos Advogados junto ao Tribunal, onde foram atendidos 452 de todo o Brasil, a Secretaria equipou a Sala dos Advogados com máquina de datilografia elétrica e dois computadores, para redação de petições e consultas de andamentos de processos e pesquisas de jurisprudência; dois aparelhos telefônicos e um fac-símile, para o intercâmbio de informações com as partes interessadas e os escritórios de origem sempre mediante chamadas a cobrar; uma fotocopadora, para cópias urgentes; e com um pequeno acervo jurídico, Códigos, Regimento Interno do STJ, Diário da Justiça, Diário Oficial e um dicionário da língua portuguesa.



Sala para uso dos Advogados

2.2 Secretaria de Jurisprudência

Por desenvolver atividades inter-relacionadas com as do Gabinete do Ministro Diretor da Revista e com as da Comissão de Jurisprudência, esta Secretaria está registrada no Capítulo III.

2.3 Secretaria de Documentação

Na perspectiva de garantir a qualidade da prestação dos seus serviços, facilitando, cada vez mais, o acesso de todos à Justiça, a Secretaria de Documentação alcançou a marca de 227.626 acórdãos disponíveis em meio magnético, correspondentes a 1,5 milhão de páginas de documentos na base de imagens, para consulta e impressão. A par dessa modalidade de atendimento ao público, houve 5.500

pedidos de acórdãos, que resultaram num total de 70.000 cópias fornecidas a solicitantes do Distrito Federal e dos Estados.

No ano do seu jubileu de ouro, comemorado em uma semana festiva, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva elaborou, publicou e distribuiu oito volumes da "Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ", assim como oito obras diversas, destinadas a auxiliar a pesquisa sobre assuntos doutrinários e textos legais. Além disso, adquiriu 3.507 livros tanto para suprir as necessidades dos gabinetes quanto para compor o próprio acervo.



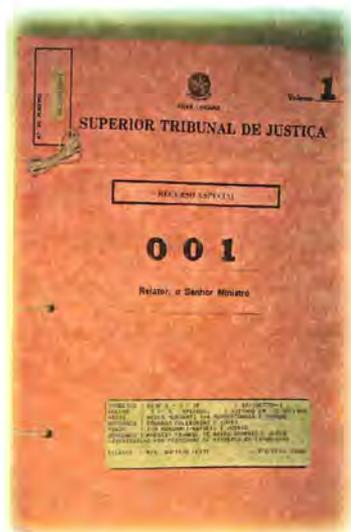
Abertura das comemorações do jubileu de ouro da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.

A importância desse trabalho de apoio aos cidadãos pode ser avaliada, também, pelos resultados da área de pesquisa, a qual, segundo demonstram os dados, atingiu um expressivo contingente de usuários: fornecimentos de cópias reprográficas

195.303; atendimentos à doutrina, legislação e jurisprudência 20.028; empréstimos de publicações 9.550; pesquisas exaustivas de doutrina, legislação e jurisprudência 2.927; atendimentos via fax 89.

Intentando divulgar a estrutura, história e finalidade do Tribunal, perante os jovens de 9 a 14 anos, a Secretaria implementou o Projeto *Integração Museu Escola*, que trouxe a esta Corte estudantes da comunidade local.

E, para intensificar essa relação Tribunal/público e cultivar, nos servidores, o gosto pela arte, promoveu exposições de óleo sobre tela dos artistas Isis Berlinck Renault e José M. Garcia; a última, patrocinada pela Embaixada da Espanha.



Peças do acervo do Museu do Tribunal

2.4 Secretaria de Administração e Finanças

O orçamento de 1998, autorizado pela Lei nº 9.598/97, incluindo pessoal, encargos sociais e outros custeios, foi da ordem de R\$ 233.758.957,00, do qual se executou o satisfatório percentual de 99,79%, considerados também os créditos suplementares.

De conformidade com o estabelecido na legislação pertinente, por meio de remanejamento de recursos de outras subatividades, isto é, sem resultar em acréscimos nos recursos autorizados pela Lei Orçamentária, foram concedidos créditos suplementares pelos seguintes instrumentos legais: 1) Decreto de 3/8/1998: R\$ 2.200.000,00 para investimentos na área de informática e R\$ 420.592,00 para despesas com auxílio-alimentação; 2) Lei nº 9.705, de 19/11/1998, no valor de R\$ 926.000,00, para despesas com administração geral.

Foi concedido, ainda, crédito suplementar, nos termos da Lei nº 9.723, de 30/11/1998, destinado a despesas com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 2.845.000,00, dos quais R\$ 745.000,00 foram compensados com recursos de custeio do próprio Tribunal, sendo que R\$ 2.100.000,00 consolidaram-se como crédito novo.

É digno de nota que, em decorrência do esforço conjunto de todos os segmentos, envolvendo renegociação de contratos, alternativas técnicas de execução de projetos de engenharia, mecanismos direcionados para a baixa do consumo de energia e aplicação de critérios com vistas à redução de preço das contratações de grande vulto, notadamente as que abrangem emprego de mão-de-obra, apurou-se uma economia de R\$ 3,5 milhões. Economizou-se, também, com a atualização da frota de veículos, em uso há mais de dez anos, que acarretava elevado custo de manutenção e consumo, o que se fez observando a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Destaca-se, de igual modo, a economia mensal de R\$ 41.000,00, alcançada com a contratação de nova prestadora de serviços de limpeza e conservação dos prédios, bem como de serviços de operação dos elevadores, lubrificação e lavagem de veículos e os de copa em geral.

A distribuição racional dos recursos permitiu desenvolver, entre outros, os seguintes projetos de obras e reformas: acesso central para o salão de sessões plenárias; ampliação da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde; implantação da unidade de odontologia; atualização do sistema de sinalização visual; esgotamento de resíduos na Divisão de Oficina Mecânica; instalação de piso laminado na sala do Museu; ambientação de **landscape** de diversas unidades; troca do piso do túnel de ligação entre o subsolo do Prédio Ministros I e o do Plenário; instalação de faixas antiderrapantes nas escadas de emergência; substituição do gás **halon** pelo FM 200, não-ofensivo à camada de ozônio; informatização das plantas de arquitetura, por meio do **software** Autocad; e

ampliação da capacidade do Tribunal Pleno para acomodar convidados especiais.

Ao lado da citada renovação da frota, contratou-se seguro total para os novos veículos, com vigência de 11/3/1998 a 11/3/1999. Também no desenvolvimento das atividades relacionadas com transporte, emitiram-se credenciais para controle de acesso dos usuários às dezessete linhas do transporte coletivo, o que acarretou a redução de 40,29% no número de passageiros em relação a 1997.

Esforços envidados junto à Novacap e à Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal permitiram o alargamento da Avenida das Nações, instalação de rotatórias no cruzamento da via fronteira ao Tribunal, colocação de bueiros e bocas-de-lobo para escoamento das águas pluviais e limpeza geral das áreas em volta do complexo predial.

Ainda no plano de obras, a Construtora OAS executou, às suas expensas, por ser responsável pela garantia civil da obra, os trabalhos de estrutura suplementar nos tirantes do prédio da Administração e tratamento superficial das empenas de concreto de todos os blocos.

Mediante gestões junto à Secretaria do Patrimônio da União, está em processo de transferência para a jurisdição do Tribunal o imóvel localizado no Setor de Garagens Sul, lotes 60/70/80, de propriedade da União.

Conclui-se, pela exposição, que a administração dos recursos pautou-se pela sobriedade e economia, embora ensejando, sempre, condições dignas de trabalho, para que se caminhasse rumo à concretização dos objetivos.

2.5 Secretaria de Recursos Humanos

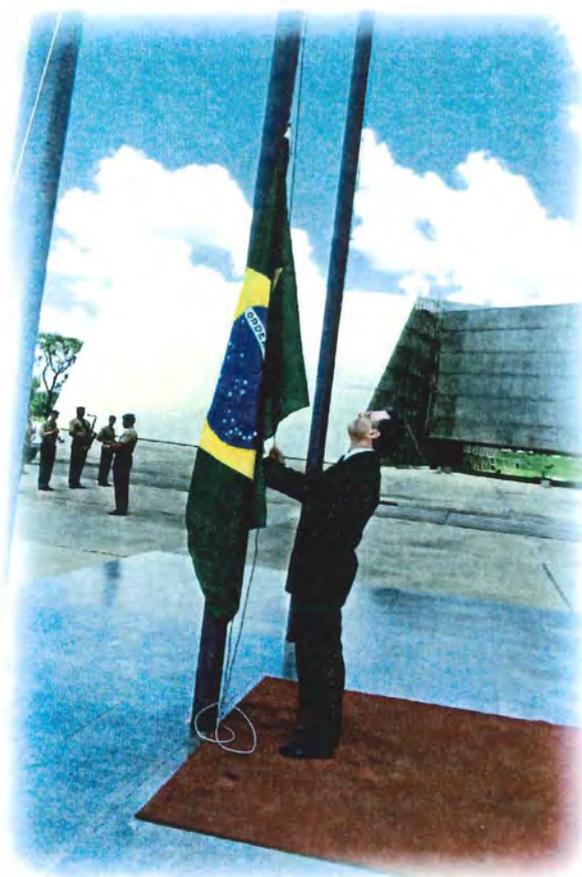
Especial atenção conferiu-se aos recursos humanos. Como ponto de partida, foi desativado o sistema terceirizado, antes responsável pela elaboração do cadastro e da folha de pagamento, implantando-se, no seu lugar, um novo e completo sistema de administração de recursos humanos, desenvolvido, inteiramente, pelos técnicos do Tribunal, por meio do qual os diversos setores da área passaram a dispor de módulos próprios, com todas as informações sobre a vida funcional, constantemente atualizadas e integradas.

Em decorrência da Lei nº 9.421/96, que cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, foi baixado o Ato nº 487/98, regulamentando o enquadramento dos funcionários desta Corte nos novos cargos, por área de atividade e especialidade. Essa medida possibilita melhor aproveitamento dos recursos humanos nas diversas unidades, compatibilizando o perfil do servidor com as atividades desenvolvidas, bem como ensejando flexibilidade na sua movimentação.

Com o objetivo de dotar a área-fim e a de apoio especializado, como saúde e informática, de maior número de cargos, devido ao crescente volume de trabalho e ao desenho da nova estrutura orgânica, foram transformados cargos vagos de outras áreas menos necessitadas, ajustando-se o Quadro de Pessoal à nova realidade dos serviços.

Paralelamente à implantação definitiva do Plano de Carreira, foram apreciados quase todos os processos administrativos de exercícios anteriores envolvendo direitos e vantagens dos servidores, há muito pendentes de solução, pondo-se em dia, quando devido, o pagamento dos atrasados, sempre em conformidade com as disponibilidades orçamentárias.

Promoveram-se, ainda, a implementação de projetos e a realização de cursos de desenvolvimento gerencial e outros mais, todos visando à capacitação profissional e à valorização pessoal. Sem deslustrar os demais, vale ressaltar o Curso de Administração Judiciária, em nível de pós-graduação, que formou a sua segunda turma, de 27 participantes, e o Projeto Datas Comemorativas, que enfocou, entre outros, os dias reservados aos pais e mães, aos bibliotecários, aos motoristas, aos secretários, aos servidores ativos e aposentados e à Bandeira Nacional, tendo sido efetuadas as celebrações e prestadas as devidas homenagens aos componentes de cada classe.



*Momento cívico em comemoração
ao Dia da Bandeira*



Cabe assinalar, do mesmo modo, a comemoração do *Dia do Servidor*. Além de sugestiva palestra, levou-se a efeito a outorga da Medalha de Mérito do Servidor Judiciário a 69 servidores, eleitos pelos demais, segundo os critérios da presteza, dedicação, criatividade na solução de problemas e relacionamento harmônico com os colegas.



Entrega da Medalha a um dos servidores eleitos.

Contudo o processo de busca da excelência não se limitou a essa esfera; extrapolou as expectativas de refinamento do corpo funcional com a instituição da videoteca jurídica, a qual permite aos servidores constante reciclagem dos conhecimentos sobre Direito. Sobressaem, igualmente, a continuidade do programa de escolaridade supletiva para os funcionários e a oportunidade concedida a estudantes das redes oficial e particular de aplicarem, como estagiários contratados, os conhecimentos adquiridos na escola.

2.6 Secretaria de Serviços Integrados de Saúde

Por outro lado, não descuro o Tribunal da saúde dos que aqui labutam, como se infere das medidas adotadas para a sua reestruturação orgânica. Dois fatores foram preponderantes no desenvolvimento das ações concernentes à assistência médico-odontológica: a convicção de que é importante oferecer condições de bem-estar físico e mental aos servidores, para que sejam saudáveis e possam exercer com mais eficiência as suas funções e a premência de compensar a redução gradual registrada, a cada ano, no orçamento do Programa de Assistência aos Servidores do Tribunal (Pró-Ser).

Assim, optou pela implantação de uma nova estrutura na Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, o que permitiu ampliar o atendimento ambulatorial nos seus consultórios, restringindo o serviço de terceiros a consultas especializadas, exames laboratoriais e casos de internação. Para tanto, dispõe de equipamento de eletrocardiograma computadorizado e material completo para paradas cardiorrespiratórias, além de uma sala de curativos, enfermaria e espaço para repouso, com dois leitos. Dessarte, o atendimento, nas dependências da própria Secretaria, dos casos que dispensam equipamentos sofisticados possibilita a economia dos recursos daquele Programa, que estão sendo reservados para as situações mais graves.

Movido, ainda, pela visão de que, no âmbito da saúde, é preferível prevenir a remediar, especial cuidado dispensou o Tribunal à medicina preventiva com o desenvolvimento de três programas voltados para dependência química, estresse do dia-a-dia e problemas causados por esforço repetitivo ou má postura, e com a realização da Semana da Saúde, durante a qual houve medição de níveis de colesterol, glicose e pressão arterial, com posterior encaminhamento para consulta, quando necessário. Mantendo o caráter preventivo, vacinou contra gripe os servidores e Magistrados com mais de cinquenta anos.



Abertura da Semana da Saúde, vendo-se o Dr. Bonfim Abrahão Tobias, Secretário de Serviços Integrados de Saúde do STJ, o Ministro Costa Leite, O Presidente do Tribunal e o Dr. Adib Jatene, palestrante



Coleta de material para dosagem de colesterol e de glicose.

Sem perder de vista a necessidade de dar a todos tranquilidade para o desempenho das suas funções, tornou uma realidade o Lactário, com instalações para berçário, estimulação, refeições, amamentação e banho, acrescidas da parte administrativa, cozinha e vestiário, numa área de 206 m², com capacidade para atender a 40 crianças.



Sala de estimulação



"Flash" da Sala de aleitamento materno

Outra conquista foi a celebração de convênio com o Conselho da Justiça Federal, visando à participação recíproca dos Magistrados, servidores, dependentes e pensionistas dos dois órgãos nos programas de assistência médica, odontológica e social que ambos mantêm.

Não se pode olvidar que muito do êxito obtido deve-se ao primoroso trabalho do Pró-Ser, unidade dirigida pelo Ministro Peçanha Martins em cooperação com a Presidência.

Além dos aspectos mencionados, buscou-se a humanização do ambiente de trabalho, porfiando por torná-lo uma extensão da família, visão coroada pela construção do Lactário, outorga da Medalha de Mérito do Servidor Judiciário aos 69 servidores mais votados e confraternização natalina. Cumpre realçar o emocionante quadro, repleto de esperança de dias melhores, que se contemplou no Tribunal: os Ministros e mais de dois mil servidores de todos os níveis hierárquicos reunidos em ambiente humano, fraterno e alegre, num mesmo espírito, celebrando a festa máxima da cristandade.



"Flashes" da confraternização natalina do Tribunal.

2.7 Secretaria de Informática

No rumo da modernização das atividades desenvolvidas no Tribunal, recorrendo-se aos avanços tecnológicos, foi instalado, no dia 14 de dezembro, em solenidade ocorrida na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo, o sistema STJ/Push, o qual possibilita aos usuários, no Brasil e no exterior, acompanhar o andamento dos processos em tramitação, bastando cadastrar seu **e-mail** no **site** do Tribunal. Ademais, o acesso às informações já oferecidas via Internet tornou-se muito mais ágil, mercê da nova conexão dos nossos computadores à rede mundial.

Com o fito de integrar, de forma atualizada e rápida, todos os setores, implantou-se a Intranet, sistema de informações internas nos moldes da Internet. Entre as vantagens, duas merecem destaque: o grande poder de comunicação e o pequeno custo de operação. A par disso, a troca de informações entre órgão/servidor e servidor/servidor é bastante facilitada devido às ferramentas disponíveis na rede interna. Nessas páginas, encontram-se informações da Divisão de Contratos e da Comissão Permanente de Licitação; relação de cursos promovidos pela Secretaria de Recursos Humanos e realização de inscrições a partir do local de trabalho do servidor; Guia de Autoridades; e lista dos credenciados do Pró-Ser.

Igualmente, é oferecido ao usuário interno o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), por meio do qual se solicitam serviços, esclarecem-se dúvidas e oferecem-se sugestões. O sistema de suporte produz estatísticas mensais, para avaliar a concentração de problemas e subsidiar ações preventivas.

Como forma de tornar mais ágeis as rotinas, foi implantado o Sistema de Jurisprudência dos gabinetes dos Ministros, já utilizado por diversos deles, que prevê a indexação de jurisprudência pessoal do Ministro e do gabinete com consulta pela Intranet. São usados os próprios documentos produzidos em processador de texto **Word**, com acesso restrito às pessoas autorizadas e facilidade de localização por palavras-chave contidas no texto.

Ainda com vistas à modernização da atividade judicante, foi desenvolvida rotina para gravação, em CD-ROM, de decisões e votos particulares para atender aos gabinetes que utilizam os produtos *Informa* e **Folio Views**. Além disso, eliminou-se o

"retrabalho" de digitação dos textos que eram enviados via telex pelas Coordenadorias da Corte Especial, das Seções e das Turmas. Assim, os originais elaborados em editor de texto são remetidos diretamente aos destinatários.

Para garantir a qualidade cada vez maior do imprescindível trabalho de apoio da Secretaria de Informática, houve atualização dos recursos tecnológicos, com aquisição de equipamentos de última geração e adaptação das rotinas a esses novos dispositivos.



"Flash" da sala de operações

2.8 Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros

No ano de 1998, foi elaborado e aprovado, estando em fase de implantação, o novo Plano de Segurança do Tribunal, cuja ênfase é o aprimoramento do controle de acesso, compreendendo a construção de portarias externas, instalação de equipamentos inteligentes e estações de segurança dotadas de alarme, ampliação e modernização do circuito fechado de televisão, utilização de aparelhos de Raio-X e detectores de metais no prédio dos Órgãos julgadores, bem como o emprego daqueles na triagem da correspondência.

Tendo em vista garantir aos Ministros e servidores efetiva segurança nas áreas externas ao Tribunal, a Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros instalou seis postos fixos nos estacionamentos externos, com segurança armada, e telas de proteção, além de providenciar o deslocamento de seguranças para esses locais desde o horário de saída dos servidores até às 21 horas.



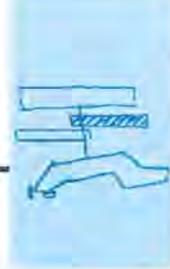
Vista parcial do estacionamento externo

Em face da carência de pessoal treinado no manejo de equipamentos de segurança, foram oferecidos vários cursos de capacitação de agentes e vigilantes, dos quais participaram não só os técnicos judiciários recém-empossados, como também os recepcionistas terceirizados.

A implantação da Brigada de Incêndio e do subsequente Programa de Formação de Brigadas fez parte de um conjunto de ações visando a prevenir tal tipo de acidente e preparar equipes para salvamento e primeiros socorros.

Atenta aos avanços tecnológicos, a Secretaria promoveu o I Encontro dos Membros de Segurança do Poder Judiciário, durante o qual se tratou de brigadas contra incêndio, do novo Código de Trânsito, de segurança de autoridades e documentos. Abordou-se, também, a intrusão eletrônica, o grampo telefônico e a pirataria na Internet, além de terem sido debatidos os casos de delitos que mais comumente ocorrem nos órgãos públicos.

Na área de apoio aos Ministros, obteve-se, após gestões junto à Infraero, à Receita Federal e à Polícia Federal, a agilização dos procedimentos de embarque e desembarque internacionais, assim como disponibilizou-se uma sala no Aeroporto de Brasília, destinada aos Ministros e demais autoridades em trânsito.



Ao concluir este relato, reitero o que tenho asseverado em outras ocasiões: o Estado está em crise, e a sua atuação, em dissonância com o que dele esperam os cidadãos, em função de quem se processa a sua existência. A desestruturação da previdência social e a constante alteração da política econômica, tributária e, também, de pessoal ocasionam um incomensurável número de causas a abarrotar os Juízos e Tribunais. De outra parte, a legislação é promulgada e modificada a todo momento, trazendo insegurança jurídica e dificultando a tarefa do Judiciário. Em suma, os entes públicos não funcionam a contento em benefício da coletividade e têm-se esquecido da sua finalidade precípua, qual seja, a de realizar o bem comum e, em decorrência, ajudar a população a alcançar a sua grande aspiração: efetivar o sonho de ser feliz.

Inserido nesse contexto marcado pela instabilidade, empenhou-se, com denodo, o Superior Tribunal de Justiça, no decorrer de 1998, em prol da mudança do cenário nacional. E, como se infere da exposição feita, passos substanciais foram dados nesse sentido, ao atingir parte das metas propostas para o biênio, o que se deve à filosofia institucional, à política de trabalho adotada e à cooperação incondicional dos Pares, assim como ao nível profissional e abnegação do contingente de servidores.

Dessarte, imbuído da certeza de que, no ano que se inicia, mais ingente será o esforço desta Corte para continuar obtendo expressivos resultados, sempre no intento de alcançar cabalmente tais propósitos, externo a todos os meus agradecimentos.

Processos Incidentes

Suspensões de Segurança Despachadas pelo Ministro Presidente - Ano: 1998

Despachos Meses	Deferidas	Indeferidas	Negado Seguimento	Remetidas ao STF	Julgado Prejudicado o Pedido	Não Conheceu do Pedido	Julgado Extinto o Feito	TOTAL
Janeiro	1	5						6
Fevereiro	3	14						17
Março	1	1						2
Abril	2	5						7
Maio	1	11	4					16
Junho	3	3	7				2	15
Julho	1	13			1			15
Agosto	1	3	2				1	7
Setembro	1	2	1			1		5
Outubro		3						3
Novembro		2						2
Dezembro		3	1					4
TOTAL	14	65	15		1	1	3	(1) 99

Fonte: Gabinete da Presidência

(1) Computadas 05 decisões proferidas pelo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro no exercício da Presidência.



Processos Registrados Competência do Ministro Presidente - Ano: 1998

Classes de Feitos	Ag/RE	AG/RHC	AG/RMS	SS	Pet	Prc	HC	IF	Rcl	Com	TOTAL
Meses											
Janeiro	21			9	4						34
Fevereiro	81			3	3						87
Março	183	1		4	5			1		1	195
Abril	236			7	8			1	1		253
Maio	348		2	15	4			1	1		371
Junho	413		1	13	2	3					432
Julho	179			15	3			1			198
Agosto	276			3							279
Setembro	453			5	1			4	1		464
Outubro	380			1	2						383
Novembro	357			2							359
Dezembro	563			6	1	1					571
TOTAL	3490	1	3	83	33	4		8	3	1	3626

Fonte: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos.

Despachos Diversos Proferidos pelo Ministro Presidente junto à Secretaria Judiciária - Ano: 1998

Despachos Meses	Processos	Petições	Ofícios	Telex	TOTAL
Janeiro	307	28	105	61	501
Fevereiro	95	56	83	13	247
Março	141	38	8		187
Abril	19	12	6	16	53
Maiο	79	38	5	6	128
Junho	49	47	11	7	114
Julho	315	25	73	64	477
Agosto	65	46	6	13	130
Setembro	59	32	10	3	104
Outubro	97	25	4	4	130
Novembro	71	40			111
Dezembro	125	22	43		190
TOTAL	1.422	409	354	187	(1) 2.372

Fonte: Gabinete da Secretaria Judiciária.

(1) Computadas 492 decisões proferidas no exercício da presidência:
Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: 407.
Ministro Cid Flaquer Scarcezini: 84.
Ministro Nilson Naves: 01.

Despachos Proferidos pelo Ministro Vice-Presidente - Ano: 1998

Despachos Feitos	RE	RO	Ag/RE	Diversos		TOTAL
				Petições	Processos	
AC				1		1
Ag	2039		1572	57	12	3680
Ag/RE				15	5	20
AgRg				1	5	6
APn	1		1			2
AR	1		3	3		7
CAt	1		2			3
CC	8		2	1	1	12
EAR	1					1
EREsp	48		2	1	4	55
HC	18	26	7	14	6	71
MC	3		2	2		7
MS	17	74	16	16	3	126
Pet	3		2	1	2	8
Rcl	4		1			5
REsp	2572		1805	115	11	4503
RHC	40	2	11	3		56
RMS	73		28	7	1	109
RvCr	1					1
SS	1					1
TOTAL	4831	102	3454	237	50	8674

Fonte: Gabinete da Vice-Presidência.

Decisões Proferidas em Recursos Extraordinários Ministro Vice-Presidente - Ano: 1998

Órgãos Judicantes	Corte Especial		1º SEÇÃO		1ª TURMA		2ª TURMA		2ª SEÇÃO		3ª TURMA		4ª TURMA		3ª SEÇÃO		5ª TURMA		6ª TURMA		TOTAL(1)	
	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN	ADM	DEN
Ag						1480		324		1		92		78		1		24		39		2039
APn		1																				1
AR				1																		1
CAt																1						1
CC				4					1							3						8
EAR																1						1
EREsp		12	1	14						1					7	13					8	40
HC		1									1						9	3	2	2	11	7
IF																						
MC						1										1	1				1	2
MS		3		4											2	8					2	15
Pet		2		1																		3
Rcl				2												2						4
REsp		2		2	14	1582	14	288			5	145	3	113	3	7	38	151	27	178	104	2468
RHC																	9	17	5	9	14	26
RMS				1	1	7	1	3				2		2		1	8	15	14	18	24	49
RvCr																1						1
SS		1																				1
TOTAL		22	1	29	15	3070	15	615	3	5	240	3	193	12	39	65	210	48	246	164	4667	

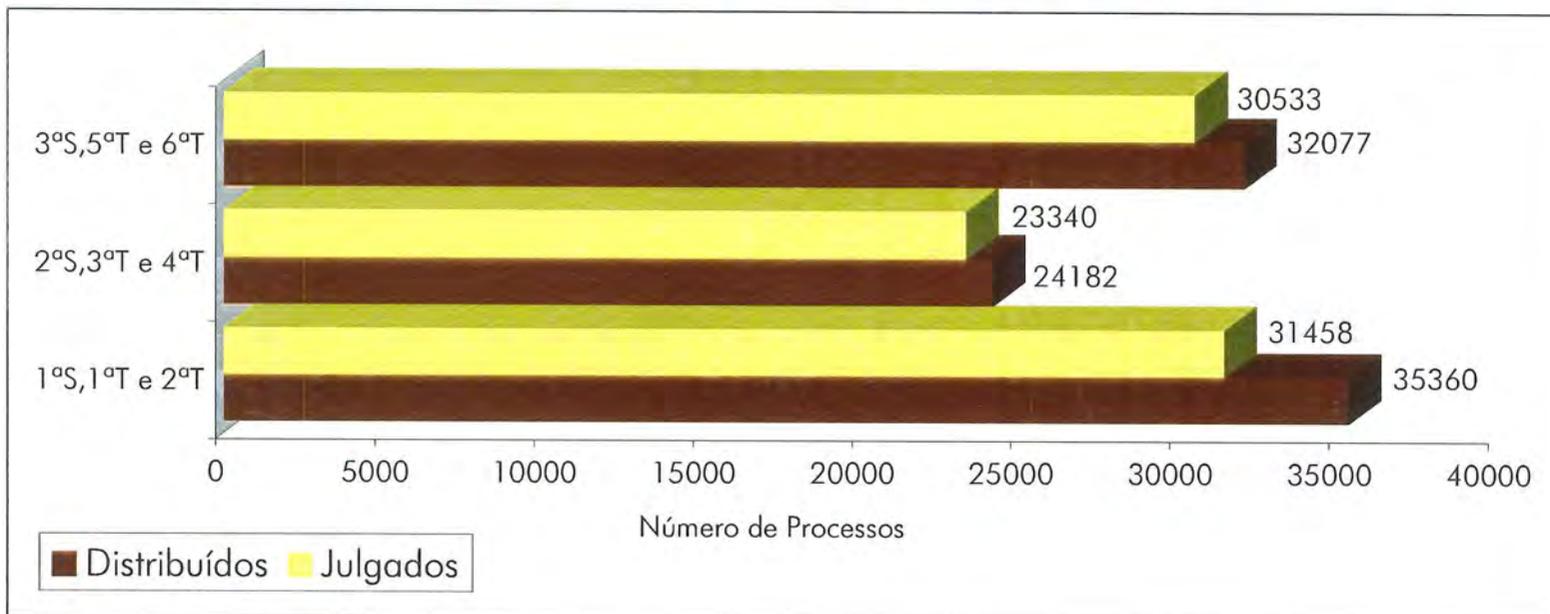
Fonte: Gabinete do Vice-Presidente.

ADM = Admitidos.

DEN = Denegados.

(1) Computadas 122 decisões referentes ao mês de dezembro de 1997.

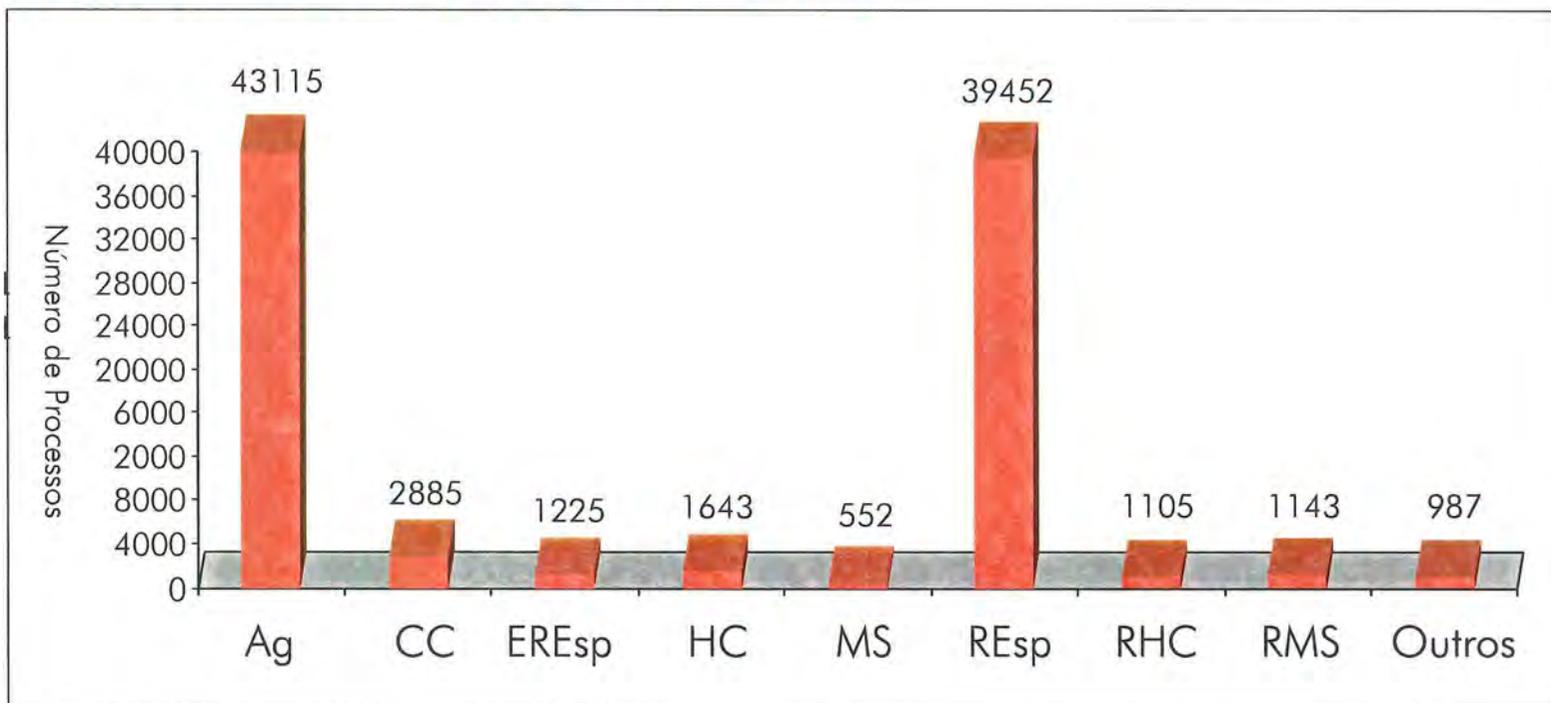
Processos Distribuídos e Julgados nas Seções e Respectivas Turmas - Ano: 1998



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Notas: Nos processos julgados não estão incluídos 10.591 Agravos Regimentais e 5.182 Embargos de Declaração, totalizando 15.773 feitos. Computados processos distribuídos no(s) mês(es) e/ou ano(s) anterior(es). Estão incluídos os processos decididos monocraticamente.

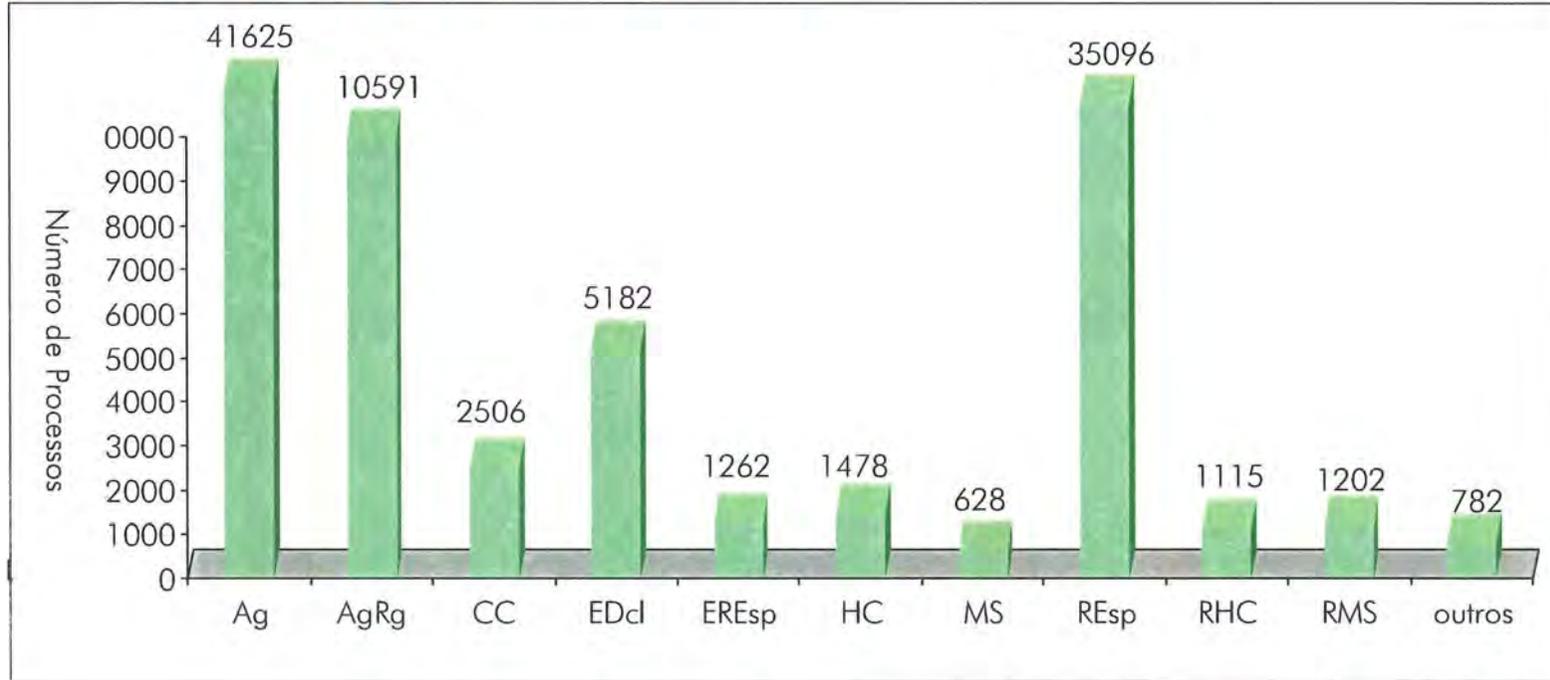
Processos Distribuídos por Classes - Ano: 1998



OUTROS									
APn	9	ExVerd	2	Inq	26	Pet	106	RvCr	77
AR	143	HD	5	MC	435	Rcl	89	EAR	3
CAI	13	IF	3	MI	5	RO	2		
Com	2	IJ	5	NC	33	Rp	29		

Fonte: Subsecretaria de Avaliação, Classificação e Distribuição de Feitos.

Processos Julgados por Classes - Ano: 1998

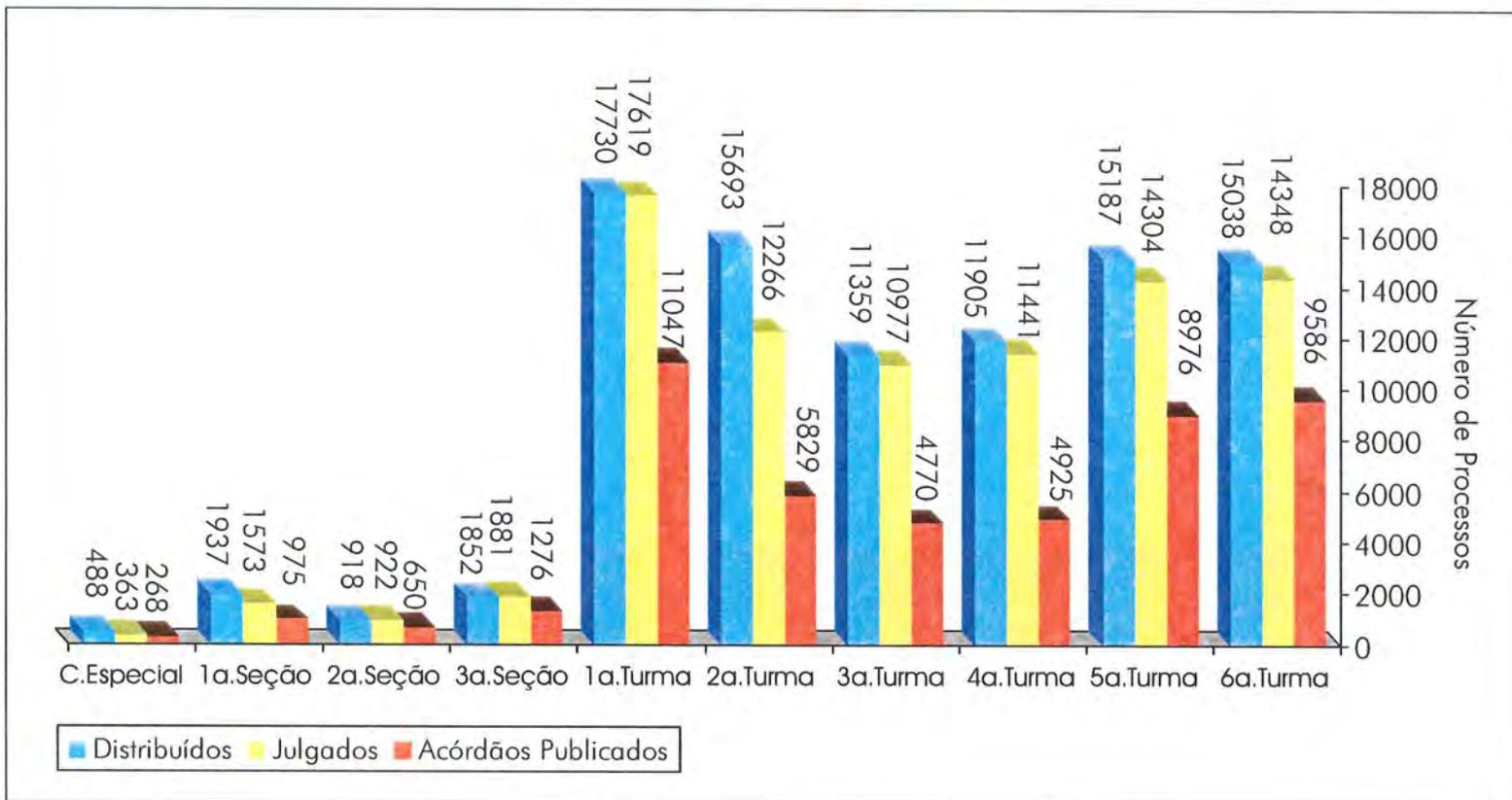


OUTROS									
AC	1	Com	2	HD	4	MC	429	Rcl	80
APn	4	EAR	2	IF	1	MI	9	RO	
AR	66	ExSusp		IJ	3	NC	8	Rp	14
CAI	8	ExVerd		Inq	13	Pet	84	RvCr	54

Fontes: Coordenadorias; Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

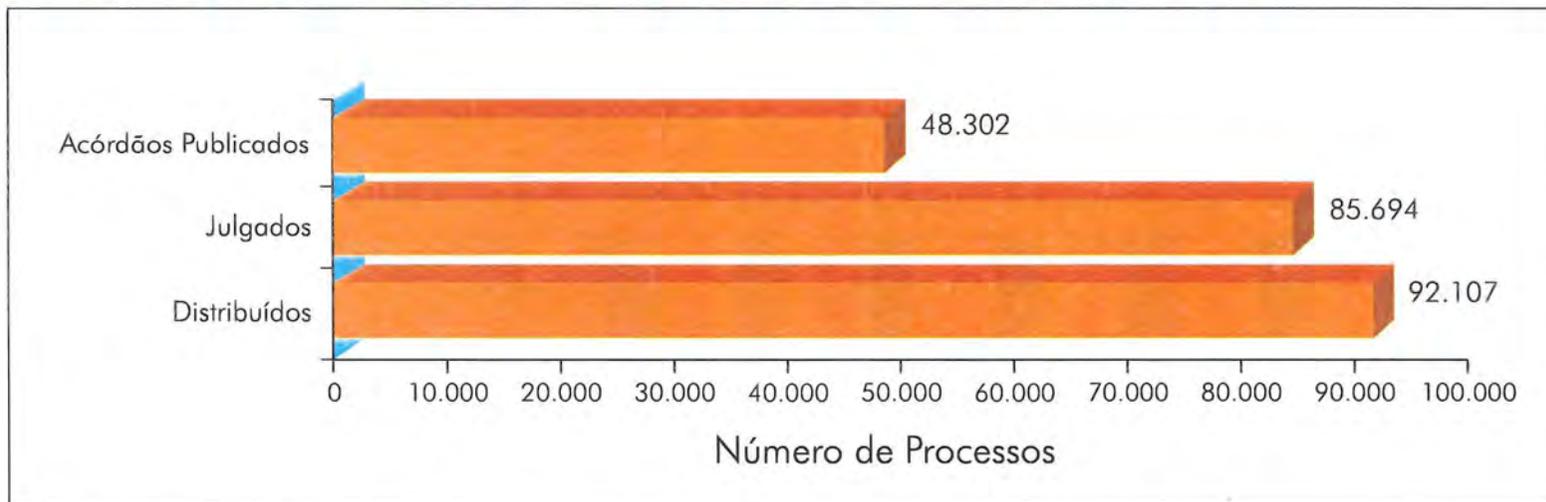
Nota: No gráfico acima estão incluídos os 52.185 processos julgados em sessão e os 49.282 decididos monocraticamente, totalizando 101.467 feitos.

Processos distribuídos, julgados e Acórdãos publicados na Corte Especial, Seções e Turmas - Ano: 1998



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorios: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
 Notas: Nos processos julgados não estão incluídos 10.591 Agravos Regimentais e 5.182 Embargos de Declaração, totalizando 15.773 feitos. Estão incluídos os processos decididos monocraticamente.

Processos Distribuídos, Julgados e Acórdãos Publicados - Ano: 1998



Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota: Nos processos julgados não estão incluídos 10.591 Agravos Regimentais e 5.182 Embargos de Declaração, totalizando 15.773 feitos.

Processos Distribuídos e Julgados no Período de 7/4/89 a 31/12/98

Meses	1989		1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998	
	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg	Distrib	Julg
Janeiro	817		1325		2415	90	1715		2393	77	2775	22	4714	146	3226	70	5315	175
Fevereiro	587	764	1506	1480	3635	2865	2432	3201	2982	3390	3849	3657	5825	6696	7602	6771	5060	8856
Março	926	974	1736	1549	1529	2621	4037	5096	4140	4851	8308	5159	6234	7723	8483	7534	7758	10775
Abril	1256	974	2426	2155	2270	2035	2858	2938	4668	4521	4778	5826	4396	6274	11177	11649	6533	6501
Maio	1209	1185	2549	2273	3265	2668	1738	3488	4021	4934	7375	7442	7262	7081	11977	9686	7044	9612
Junho	(1)1515	(1)258	1045	995	2057	2130	4203	3835	2072	2992	3415	4525	5570	4786	5922	7650	11117	13408	6435	8953
Julho	283		1059		1350		2715	200	3394	210	3210	189	6521	661	5123	235	6313	454	7608	107
Agosto	757	710	1412	1598	2179	2360	2478	3993	3083	3868	3064	5549	5796	9084	7053	9717	6101	13196	8866	10989
Setembro	1246	661	1497	1205	1947	1892	3135	3693	3191	3987	3080	4162	6045	6770	7464	9097	7921	10413	10515	11575
Outubro	941	768	1765	1555	2235	1995	2867	3495	2809	3263	2974	3718	6282	6906	8814	8045	7715	10707	10460	11843
Novembro	808	713	1487	1282	1993	1765	3196	3622	3286	3183	3446	4576	6709	7044	8766	8709	8545	10252	9470	12753
Dezembro	553	601	1027	1210	2065	1668	2164	2311	2721	2879	1277	2540	4568	4975	5459	6256	6199	7914	7043	9328
Total	6103	3711	14087	11742	23368	19267	33872	31428	33336	35105	38670	43032	68576	62332	77032	77629	96376	102054	92107	101467

Recursos Julgados de Decisões Proferidas no STJ Período: 7/4/89 a 31/12/98 Embargos de Declaração e Agravos Regimentais

Ano	EDcl	AgRg	Total
1989	71	90	161
1990	406	507	913
1991	601	1139	1740
1992	829	1926	2755
1993	1438	2372	3810
1994	1620	2378	3998
1995	1749	3245	4994
1996	2244	4263	6507
1997	3696	7095	10791
1998	5182	10591	15773
Total	17836	33606	51442

Fontes: Subsecretaria de Avaliação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Notas: Total de distribuídos no período: 483.527

Total de julgados no período: 487.767

No total de julgados estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 51.442 feitos.

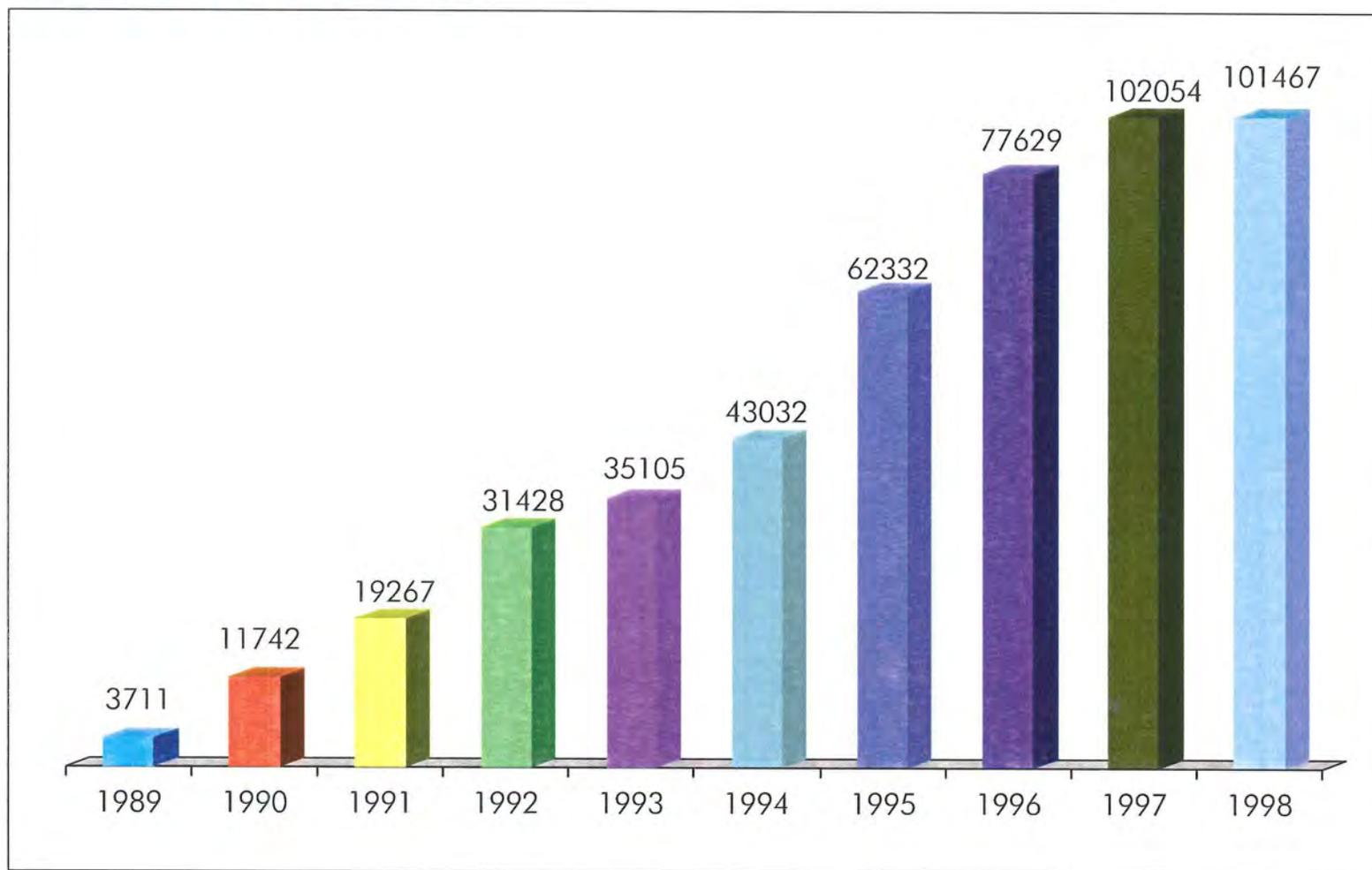
Sinais convencionais utilizados:

.. Não se aplica dado numérico.

... Dado numérico não-disponível.

(1) Processos referentes ao período de abril a junho/89.

Processos Julgados - Crescimento Período: 7/4/89 a 31/12/98



Fontes: Subsecretaria de Atuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
Nota: Nos processos julgados estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 51.442 feitos.

Processos Distribuídos, Julgados e Pendentes de Julgamento no Período de 7/4/89 a 31/12/98

Processos Anos	Pêndentes Do(s) Ano(s) Anterior(es)	Distribuídos	Julgados (1)	Pêndentes do Ano		Pêndentes Acumulados	
				V. Relativo	(%)	V. Relativo	(%)
1989	...	6103	3550	2553	41,83	2553	41,83
1990	2553	14087	10829	3258	23,13	5811	28,78
1991	5811	23368	17527	5841	25,00	11652	26,75
1992	11652	33872	28673	5199	15,35	16851	21,76
1993	16851	33336	31295	2041	6,12	18892	17,06
1994	18892	38670	39034	-364	-0,94	18528	12,40
1995	18528	68576	57338	11238	16,39	29766	13,65
1996	29766	77032	71122	5910	7,67	35676	12,09
1997	35676	96376	91263	5113	5,31	40789	10,42
1998	40789	92107	85694	6413	6,96	47202	9,76
Total		483527	436325	47202		47202	9,76

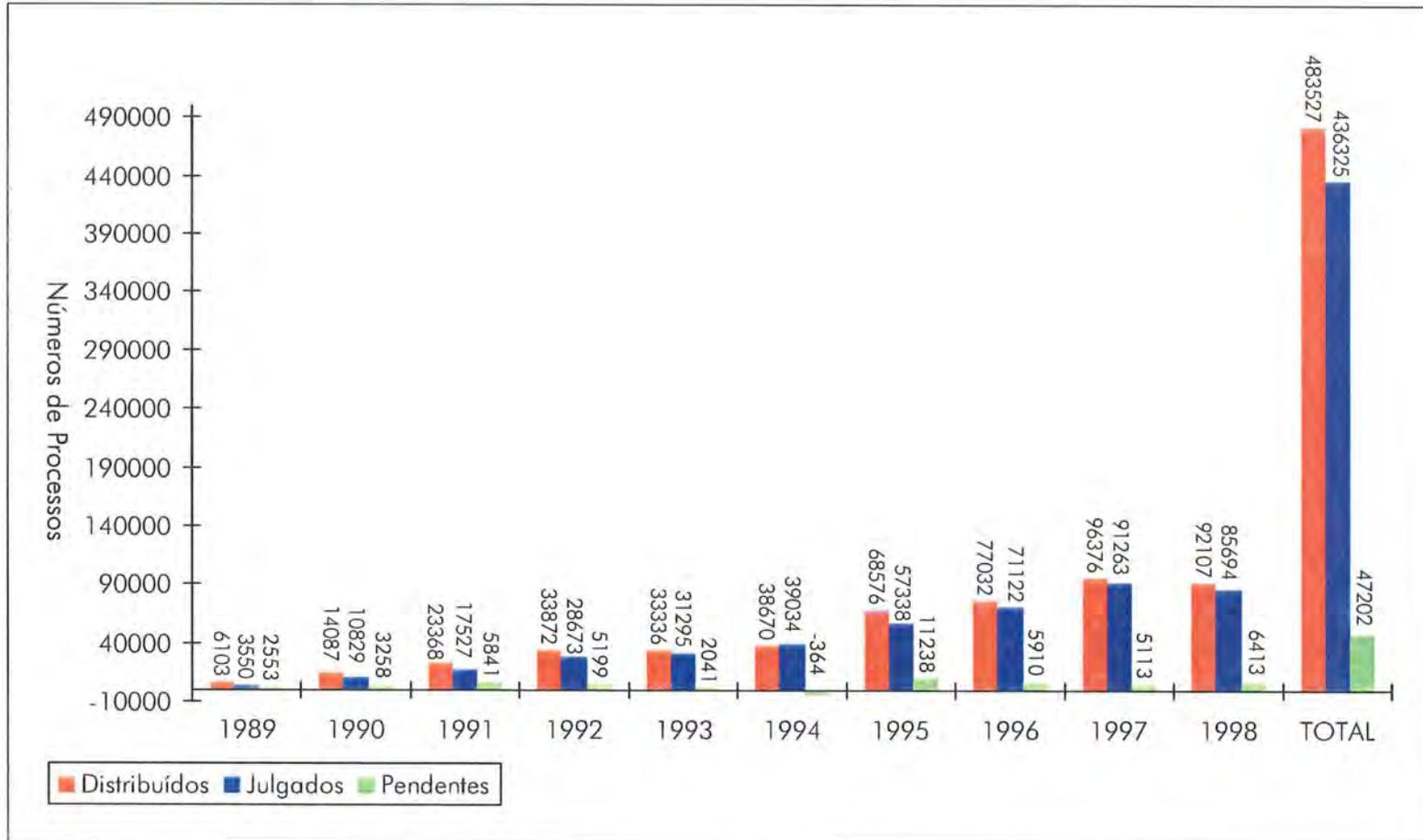
Fontes: Subsecretaria de Avaliação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

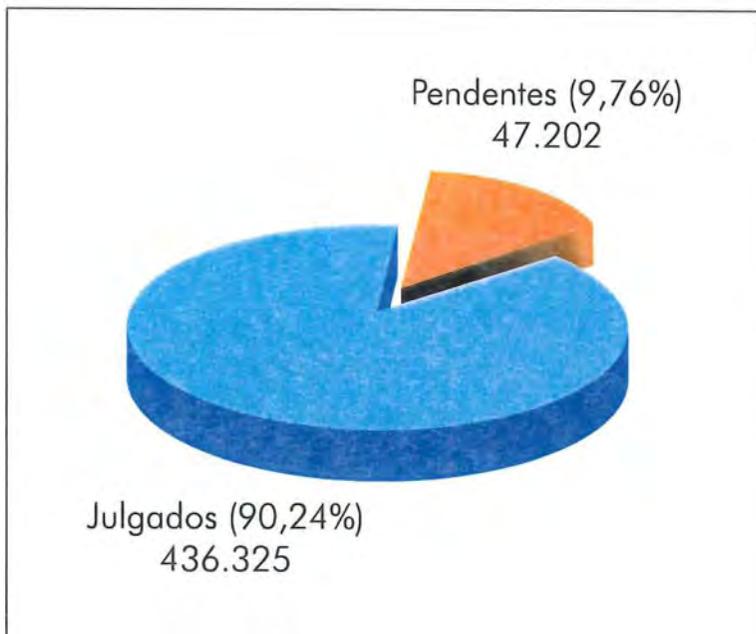
(1) Não estão incluídos os 33.606 Agravos Regimentais e os 17.836 Embargos de Declaração (totalizando 51.442 feitos), em virtude de serem contados apenas os processos distribuídos (436.325 + 51.442 = 487.767 processos julgados).

Processos Distribuídos, Julgados e Pendentes de Julgamento Período: 7/4/89 a 31/12/98

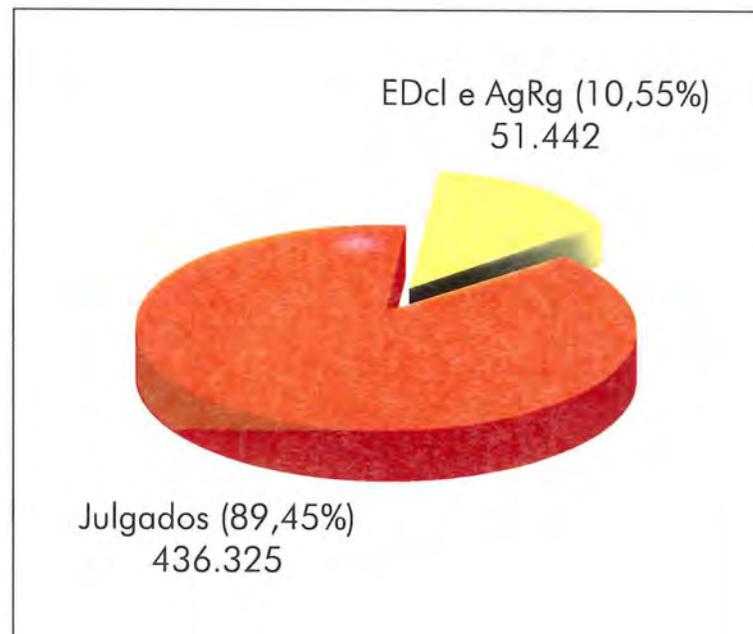


Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
 Notas: Nos processos julgados não estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de 51.442 feitos.
 O número negativo, em 1994, é decorrente de processos distribuídos no(s) ano(s) anterior(es) e que foram julgados no citado ano.

Processos Julgados e Pendentes de Julgamento Período: 7/4/89 a 31/12/98



Agravos Regimentais e Embargos de Declaração Julgados Período: 7/4/89 a 31/12/98



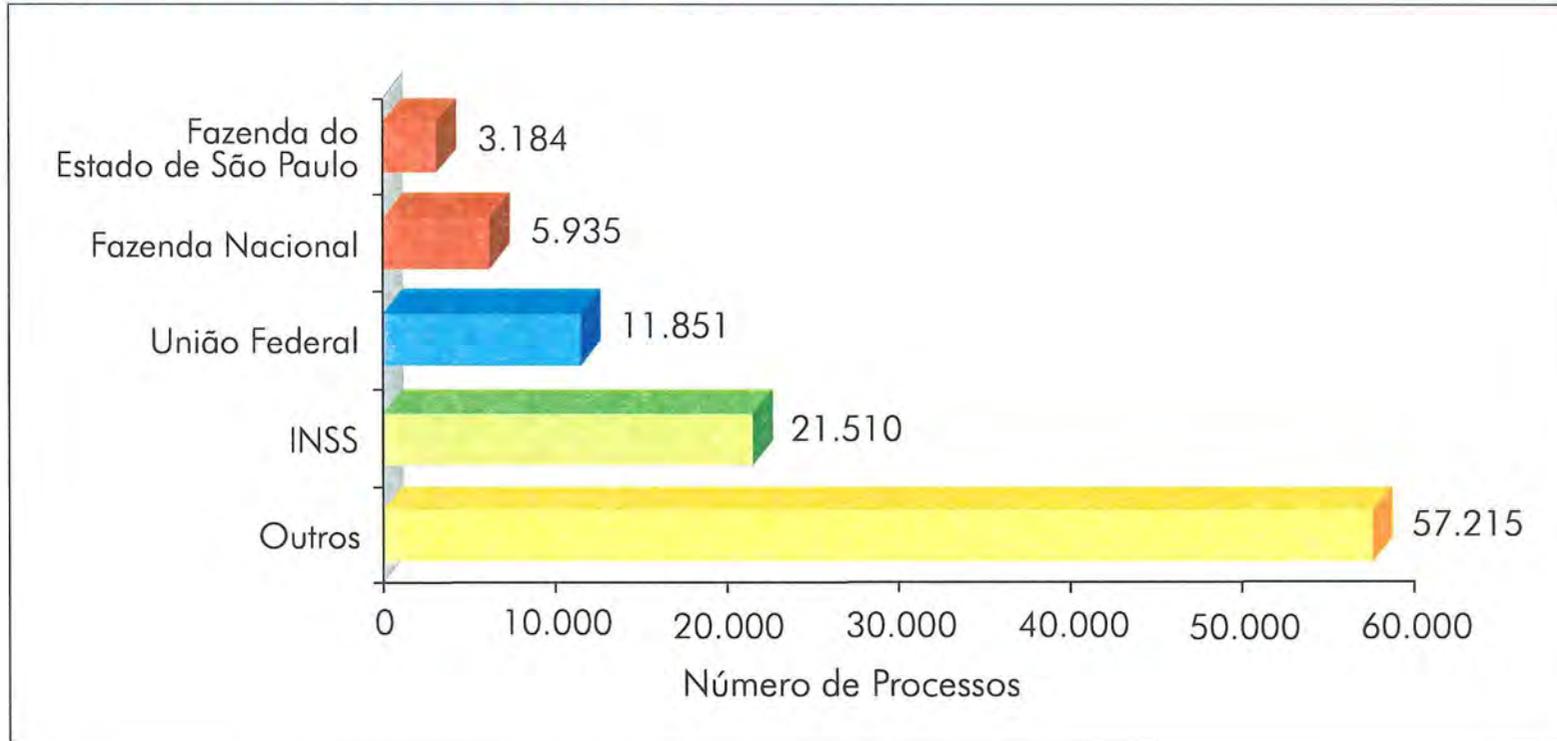
Fontes: Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Processos Autuados no STJ - Ano: 1998

Fazenda do Estado de São Paulo	3.184
Fazenda Nacional	5.935
União Federal ..	11.851
INSS	21.510
Outros	57.215
<hr/> TOTAL	<hr/> 99.695

Fonte: Secretaria de Informática.

Processos Atuados no STJ - Ano: 1998



Fonte: Secretaria de Informática.

Processos com Vista ao Ministério Público em 31/12/98

Feitos	Total		Feitos	Total
Ag	894		MC	12
APn	9		MS	47
AR	36		NC	38
CAt	2		Pet	5
CC	908		Rcl	15
EREsp	50		REsp	2873
ExVerd	1		RHC	53
HC	56		RMS	1008
IF	5		Rp	4
Inq	28		SS	1
Total Geral			6045	

Fonte: Secretaria de Informática.

Processos Atuados e Respectiva Procedência

Ano:1998

Superior Tribunal de Justiça.....	5388
Tribunal Superior do Trabalho	3
Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....	9535
Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	5732
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	13309
Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	11836
Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	8729
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ)	11
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP)	9
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG).....	7
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS).....	2
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA)	17
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE)	5
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE)	1
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR).....	5
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF)	8
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)	3
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB).....	2
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SP).....	18
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES).....	2
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)	1
Justiça Federal de 1ª Instância no Distrito Federal	31
Justiça Federal de 1ª Instância em Rondônia	9
Justiça Federal de 1ª Instância no Rio Grande do Sul	167
Justiça Federal de 1ª Instância no Rio de Janeiro	135
Justiça Federal de 1ª Instância em Minas Gerais	299
Justiça Federal de 1ª Instância no Mato Grosso	2
Justiça Federal de 1ª Instância em São Paulo	159
Justiça Federal de 1ª Instância em Pernambuco	36
Justiça Federal de 1ª Instância na Paraíba.....	19
Justiça Federal de 1ª Instância na Bahia	31
Justiça Federal de 1ª Instância em Santa Catarina	40
Justiça Federal de 1ª Instância no Mato Grosso do Sul	9
Justiça Federal de 1ª Instância no Ceará.....	11
Justiça Federal de 1ª Instância no Piauí.....	4
Justiça Federal de 1ª Instância no Acre	2
Justiça Federal de 1ª Instância no Maranhão	17
Justiça Federal de 1ª Instância no Paraná	33
Justiça Federal de 1ª Instância em Goiás	6
Justiça Federal de 1ª Instância no Pará	6
Justiça Federal de 1ª Instância em Sergipe.....	8
Justiça Federal de 1ª Instância no Espírito Santo	5
Justiça Federal de 1ª Instância em Tocantins	6

Justiça Federal de 1ª Instância no Amazonas	2
Justiça Federal de 1ª Instância no Rio Grande do Norte	2
Justiça Federal de 1ª Instância em Alagoas	6
Justiça Federal de 1ª Instância no Amapá	2
Justiça Eleitoral em São Paulo	3
Justiça Eleitoral no Distrito Federal	2
Justiça Eleitoral no Mato Grosso	2
Justiça Eleitoral na Bahia	1
Justiça Eleitoral no Paraná	2
Justiça Eleitoral em Roraima	1
Justiça Eleitoral em Santa Catarina	1
Justiça Eleitoral em Minas Gerais	4
Justiça Eleitoral no Rio Grande do Sul	1
Justiça Eleitoral no Maranhão	1
Justiça Eleitoral no Rio de Janeiro	2
Justiça Federal Militar no Rio de Janeiro	1
Justiça Militar no Rio de Janeiro	4
Justiça Militar no Amazonas	1
Justiça Militar em Minas Gerais	27
Justiça Militar em Mato Grosso do Sul	2
Justiça Militar no Ceará	1
Justiça Militar no Paraná	1
Justiça Militar na Bahia	1
Justiça Militar no Rio Grande do Sul	8
Justiça Militar em São Paulo	10
Justiça Militar em Santa Catarina	2
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Rio Grande do Norte	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Mato Grosso do Sul	3
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em São Paulo	235
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Rio Grande do Sul	13
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Distrito Federal	8
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Rondônia	2
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Rio de Janeiro	34
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Paraná	13
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Sergipe	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Tocantins	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Mato Grosso	4
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Pará	2
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Espírito Santo	3
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Alagoas	4
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Goiás	5
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Ceará	8
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Santa Catarina	26

Justiça do Trabalho de 1ª Instância na Bahia.....	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Minas Gerais.....	18
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Piauí.....	2
Justiça do Trabalho de 1ª Instância na Paraíba.....	8
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Amazonas.....	2
Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Maranhão.....	1
Justiça do Trabalho de 1ª Instância em Pernambuco.....	18
Tribunal de Justiça de Tocantins.....	62
Tribunal de Justiça da Bahia.....	551
Tribunal de Justiça da Paraíba.....	264
Tribunal de Justiça de Goiás.....	974
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	1563
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	266
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	1036
Tribunal de Justiça de São Paulo.....	7935
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.....	73
Tribunal de Justiça de Sergipe.....	105
Tribunal de Justiça do Amazonas.....	114
Tribunal de Justiça do Acre.....	61
Tribunal de Justiça de Alagoas.....	71
Tribunal de Justiça do Ceará.....	374
Tribunal de Justiça do Distrito Federal.....	1236
Tribunal de Justiça do Paraná.....	828
Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.....	567
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.....	466
Tribunal de Justiça do Amapá.....	17
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.....	2026
Tribunal de Justiça do Piauí.....	163
Tribunal de Justiça do Maranhão.....	261
Tribunal de Justiça do Mato Grosso.....	359
Tribunal de Justiça do Pará.....	271
Tribunal de Justiça de Rondônia.....	183
Tribunal de Justiça de Roraima.....	23
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.....	2902
Tribunal de Alçada de Minas Gerais.....	2433
Tribunal de Alçada do Paraná.....	1018
Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul.....	2915
Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro.....	824
Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo.....	7613
Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo.....	3048
Tribunal de Alçada Criminal do Rio de Janeiro.....	68
Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo.....	804
Justiça de 1ª Instância do Rio de Janeiro.....	305

Juizado de Pequenas Causas do Rio de Janeiro	5
Justiça de 1ª Instância de Goiás	8
Juizado de Pequenas Causas de Goiás	14
Justiça de 1ª Instância do Ceará	17
Juizado de Pequenas Causas do Ceará	1
Justiça de 1ª Instância do Paraná	45
Justiça de 1ª Instância do Espírito Santo	6
Juizado de Pequenas Causas do Espírito Santo	5
Justiça de 1ª Instância de Roraima	4
Justiça de 1ª Instância de Rondônia	5
Justiça de 1ª Instância do Acre	2
Justiça de 1ª Instância do Rio Grande do Norte	7
Justiça de 1ª Instância de Santa Catarina	200
Juizado de Pequenas Causas de Santa Catarina	3
Justiça de 1ª Instância de Alagoas	8
Justiça de 1ª Instância de Minas Gerais	795
Juizado de Pequenas Causas de Minas Gerais	4
Justiça de 1ª Instância de São Paulo	298
Juizado de Pequenas Causas de São Paulo	42
Justiça de 1ª Instância do Rio Grande do Sul	1
Justiça de 1ª Instância da Bahia	33
Justiça de 1ª Instância do Mato Grosso do Sul	10
Juizado de Pequenas Causas do Mato Grosso do Sul	2
Justiça de 1ª Instância de Sergipe	1
Justiça de 1ª Instância do Maranhão	15
Juizado de Pequenas Causas do Maranhão	2
Justiça de 1ª Instância da Paraíba	11
Justiça de 1ª Instância do Pará	6
Justiça de 1ª Instância de Pernambuco	104
Justiça de 1ª Instância de Tocantins	1
Justiça de 1ª Instância do Amazonas	1
Juizado de Pequenas Causas do Amazonas	2
Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal	35
Justiça de 1ª Instância do Mato Grosso	3
Juizado de Pequenas Causas do Mato Grosso	3
Justiça de 1ª Instância do Piauí	2
Justiça de 1ª Instância do Amapá	2
Juizado de Pequenas Causas do Amapá	2

Total 99695

Fonte: Subsecretaria de Adução, Classificação e Distribuição de Feitos.
 Nota: Foram recebidos, no citado período, 96.956 processos.



ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR

Quadro Demonstrativo das Proposições acompanhadas no ano de 1998

Câmara dos Deputados

PROJETO	ASSUNTO	TRAMITAÇÃO
PEC nº 96/92	Reforma do Poder Judiciário.	Aguardando alteração do Parecer substitutivo do Relator, Deputado Jairo Carneiro – PFL/BA.
PEC nº 33-I/95	Reforma da Previdência.	Promulgada em 15.12.1998.
PEC nº 175/95	Reforma do Sistema Tributário.	Incluída na Pauta da Convocação Extraordinária – janeiro/99. Aguardando alteração do Parecer substitutivo do Relator, Deputado Mussa Mendes – PFL/PI.
PEC nº 230/95	Cria Tribunais Regionais Federais.	Aguardando inclusão na Pauta da Comissão de Constituição e Justiça para votação do Parecer do Relator, Deputada Vilmar Rocha – PFL/GO.
PEC nº 368/96	Atribui à Justiça Federal competência para julgar crimes praticados contra os Direitos Humanos.	Aguarda indicação dos partidos políticos e posterior ato da Presidência para instalação da Comissão Especial.
PEC nº 500/97	Efeito Vinculante.	Aprovada a admissibilidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação; aguardando instalação de Comissão Especial. Incluída na pauta da Convocação Extraordinária de janeiro de 1999.
PEC nº 526/97	Possibilita a criação de Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal. "habeas corpus".	Incluída na pauta da Convocação Extraordinária de janeiro de 1999. Aguarda votação em 2º turno no Plenário da Casa.
PL nº 634/75	Institui o novo Código Civil Brasileiro.	Aguarda ato da mesa para instalação da Comissão Especial para apreciação das emendas oriundas do Senado Federal.
PL nº 3.578/93	Transforma e cria cargos no Conselho da Justiça Federal.	Aguarda inclusão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça para votação do Parecer do Relator, Deputado Sílvio Pessoa – PMDB/PE.
PLC nº 41/95	Cria o Conselho Nacional de Justiça.	Aguarda na Comissão de Constituição e Justiça a designação de Relator.
PL nº 1.762/96	Modifica as datas das férias forenses.	Rejeitado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário para votação do recurso do Deputado Júlio Redecker – PPB/RS.
PL nº 2.464/96	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	Enviado ao Senado Federal. Aprovado na Câmara dos Deputados.
PL nº 2.911/97	Modifica a diferença entre os vencimentos dos Magistrados.	Enviado ao Senado Federal. Aprovado na Câmara dos Deputados em 26/5/98.
PL nº 2.960/97	Trata do processo e julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade – Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.	Incluído na Pauta da Convocação Extraordinária de janeiro de 1999. Aguarda inclusão na Ordem do Dia para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação das emendas apresentadas.
PL nº 3.135/97	Criação da gratificação pelo efetivo exercício em Varas Federais de difícil provimento aos Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos.	Aguarda apresentação do Parecer do Relator, Deputada Luciano Castro – PSDB/RR, na Comissão de Trabalho e Serviço Público.
PL nº 3.136/97	Fixa novo valor para as gratificações dos Presidentes do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais Diretores de Foro.	Aguardando inclusão na pauta da Comissão de Finanças e Tributação para deliberação do Parecer do Relator, Deputado Max Rosenmann – PMDB/PR.
PL nº 4.070/98	Disciplina os recursos nos Tribunais Superiores.	Enviado ao Senado Federal. Aprovado na Câmara dos Deputados.
PL nº 4.071/98	Dispõe sobre a abrangência das sentenças prolatadas em ações de caráter coletivo e a execução contra a Fazenda Pública.	Incluído na Pauta da Convocação Extraordinária de janeiro de 1999. Aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário para votação do Parecer do Relator, Deputado Sílvio Pessoa – PMDB/PE.
PL nº 4.099/98	Cria Varas Federais na área de jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.	Enviado ao Senado Federal. Aprovado na Câmara dos Deputados.
PL nº 4.348/98	Altera dispositivos da Lei nº 9.099/95 – Juizados Especiais Cíveis e Criminais.	Aguarda apresentação do Parecer do Relator, Deputado Gerson Pares – PPB/PA, na Comissão de Constituição e Justiça.
PL nº 4.569/98	Cria Varas Federais.	Incluído na Pauta da Convocação Extraordinária de janeiro de 1999. Aguarda apresentação do Parecer do Relator, Deputado Jovair Arantes – PSDB/GO, na Comissão de Trabalho e Serviço Público.

*PEC – Proposta de Emenda Constitucional/PL – Projeto de Lei/PLC – Projeto de Lei Complementar.

Senado Federal

PROJETO	ASSUNTO	TRAMITAÇÃO
PEC nº 05/98	Dispõe sobre o período de funcionamento do Poder Judiciário.	Aguardando inclusão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça para votação do Parecer do Relator, Senador José Eduardo Dutra - PT/SE.
PEC nº 12/96	Cria Tribunais Regionais Federais.	Aguardando inclusão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça para votação do Parecer do Relator, Senador Sérgio Machado - PSDB/CE.
PEC nº 57/95	Modifica os limites máximos para a nomeação de Magistrados, Ministros de Tribunais e aposentadoria compulsória dos servidores públicos em geral.	Aguarda tramitação para votação em 1º Turno no Plenário da Casa.
PLC nº 52/94	Trata da eliminação de processos judiciais arquivados.	Aprovado no Plenário em 3.12.1998. Retorna à Câmara dos Deputados, para apreciação das emendas apresentadas.
PLC nº 41/98	Regula os atos e procedimentos da Administração Direta e Indireta da União.	Aguarda apresentação do Parecer do Relator, Senador Francelino Pereira - PFL/MG, na Comissão de Constituição e Justiça.
PLC nº 46/98	Disciplina os recursos nos Tribunais Superiores.	Aprovado em Plenário no dia 8.12.1998. Vai à sanção.
PLC nº 16/98	Cria Varas Federais na área de jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.	Enviado para sanção. Aprovado em 18.6.1998 no Plenário da Casa.
MSG nº 178/98	Indicação do Dr. Gilson Langaro Dipp para Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	Enviado para ato de nomeação do Presidente. Aprovado em Plenário em 17.6.1998.
PEC nº 41/97	Reforma Administrativa.	Promulgada em 4.6.1998. Aprovada pelo Plenário, em 12.5.1998.
PLC nº 19/98	Modifica a diferença entre os vencimentos dos Magistrados.	Enviado à sanção. Aprovado em Plenário em 2.6.1998.
MSG nº 115/98	Indicação do Dr. Aldir Guimarães Passarinho Junior para Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	Enviado para ato de nomeação do Presidente. Aprovado em Plenário em 6.5.1998.
PLC nº 18/97	Reestruturação da Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região.	Enviado à sanção. Aprovado em Plenário em 29.4.1998.

*PEC - Proposta de Emenda Constitucional/PLC - Projeto de Lei da Câmara/MSG - Mensagem Presidencial.

Congresso Nacional

PROJETO	ASSUNTO	TRAMITAÇÃO
PLN nº 37/98	Abre crédito suplementar.	Enviado à sanção. Aprovado em Plenário em 10.11.1998.
PLN nº 41/98	Orçamento Geral da União.	Incluído na Pauta da Convocação Extraordinária de janeiro de 1999. Aguarda apresentação do Parecer do Relator, Senador Ramez Tebet - PMDB/MS, na Comissão Mista do Orçamento.
PLN nº 58/98	Abre crédito suplementar.	Enviado à sanção. Aprovado em Plenário em 9.11.1998.
PLN nº 61/98	Abre crédito suplementar.	Enviado à sanção. Aprovado em Plenário em 24.11.1998.
PLN nº 65/98	Abre crédito suplementar.	Enviado à sanção. Aprovado em Plenário em 9.11.1998.

*PLN - Projeto de Lei do Congresso Nacional.

Quadro Demonstrativo das Proposições publicadas no ano de 1998

PROPOSIÇÃO	ASSUNTO	PUBLICAÇÃO/OBS.
Emenda Constitucional 19	Reforma Administrativa.	D.O. - 5.6.1998 Seção 01-Página 01
Emenda Constitucional 20	Reforma da Previdência.	D.O. - 16.12.1998 Seção 01-Página 01
Lei nº 9.642	Reestruturação da Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região.	D.O. - 26.5.1998 Seção 01-Página 05
Lei nº 9.655	Modifica a diferença entre os vencimentos dos Magistrados.	D.O. - 3.6.1998 Seção 01-Página 01
Lei nº 9.664	Cria Varas Federais na área de jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.	D.O. - 22.6.1998 Seção 01-Página 03
Lei nº 9.705	Abre crédito suplementar.	D.O. - 19.11.1998 Seção 01-Página 01
Lei nº 9.723	Abre crédito suplementar.	D.O. - 1.12.1998 Seção 01-Página 04
Lei nº 9.753	Abre crédito suplementar.	D.O. - 17.12.1998 Seção 01-Página 23
Lei nº 9.756	Disciplina os recursos nos Tribunais Superiores.	D.O. - 18.12.1998 Seção XX-Página XX
Mensagem nº 115/98	Indicação do Dr. Aldir Guimarães Passarinho Junior para Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	D.O. - 14.5.1998 Seção 02-Página 01
Mensagem nº 178/98	Indicação do Dr. Gilson Langaro Dipp para Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	D.O. - 22.6.1998 Seção 02-Página 01
Lei nº 9.773	Abre crédito suplementar.	D.O. - 22.12.1998 Seção 01-Página 26



PRESIDÊNCIA

Audiências concedidas pelo Presidente

- Ministro Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, TCU (5.2);
- Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, Malan Bacai Shanā (6.2);
- Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Luiz Carlos Sturzenegger, Presidente do TRF da 3ª Região, Dr. Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, e outras autoridades (9.2);
- Juiz Nelson Gomes da Silva, Presidente do TRF da 1ª Região (4.3);
- Subprocuradora-Geral da República Dra. Delza Curvello Rocha (9.3);
- Deputado Nilson Gibson (9.3);
- Ministro de Estado do Exército, General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena (10.3);
- Prefeito de Caldas Novas, Dr. Evando A. C. Silva (11.3);
- Desembargador Carlos Augusto Machado Faria, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (19.3);
- Dr. Wilmar Costa Braga, Delegado de Polícia (19.3);
- Carlos Gifone, Editor do jornal Gazeta Jurídica (20.3);
- Deputado Roberto Cordeiro (24.3);
- Dr. Aristides Junqueira (27.3);
- Dr. Gesner Oliveira, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE (27.3);
- Dr. Luiz Antônio Tavolaro, Diretor Jurídico do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo DERSA (30.3);
- Representantes do Sindicato dos Servidores do Judiciário no Estado de São Paulo (31.3);
- delegação de autoridades do Judiciário francês (3.4);
- Juiz Carlos Fernando Mathias, TRF da 1ª Região (7.4);
- Deputado Eduardo Barbosa (14.4);
- Dr. Reginaldo Oscar de Castro, Presidente do Conselho Federal da OAB (16.4);
- Desembargador Antônio Guilherme Tanger Jardim, Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (17.4);
- Dácio Malta, Redator-Chefe do jornal O Globo (17.4);
- Deputado Luciano Castro (28.4);
- Deputado Antônio Joaquim, acompanhado dos prefeitos dos municípios de Canarana e Guarantã (28.4);
- Dr. Alberto Nior, Advogado do Banco Mundial e Diretor do Programa para o Desenvolvimento da Justiça na América Latina (29.4);
- Juiz Aldir Guimarães Passarinho Junior TRF da 1ª Região (29.4);
- Deputada Simara Ellery, PMDB/BA (30.4);
- Juiz Gilvan Chaves de Sousa, Presidente do TRT da 16ª Região (7.5);
- Embaixador da Turquia, Dr. Dogan Alpan (7.5);
- Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ministro de Estado das Comunicações (8.5);
- Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (12.5);
- Embaixador da Áustria, Dr. Manfred Ortner (12.5);
- Ministro José Ajuricaba aposentado, do TST (12.5);
- Dr. Maurício Sato, Presidente da Ajufe/SP (15.5);

- Juiz Maurício Porfílio Rosa, da Comarca de Santo Antônio do Descoberto/GO (18.5);
- Embaixador do México, Dr. Jorge Eduardo Navarrete (19.5);
- Jornalista Gilberto Amaral (19.5);
- Ministro Fontes de Alencar e Embaixador André Mattoso Maia Amado, Diretor do Instituto Rio Branco (20.5);
- Dr. Paulo Toledo, Empresa Brisa (21.5);
- Drs. Saulo Ramos, Arnold Wald e Luiz Carlos Bethiol (21.5);
- Senador Renan Calheiros, Ministro de Estado da Justiça (22.5);
- Juiz Plauto Afonso da Silva Ribeiro, Presidente do TRF da 1ª Região (26.5);
- Embaixador da Inglaterra, Dr. Donald Haskell (26.5);
- Deputado Ronaldo Perim, do PMDB/MG (26.5);
- Dra. Yedda de Lourdes Pereira, Subprocuradora-Geral da República (2.6);
- Embaixador do Irã, Dr. Bahman Taherian Mobarekah (2.6);
- Dr. José Weber Holanda Alves, Procurador-Geral do INSS (8.6);
- Dra. Beatriz de Lima Pereira, Presidente da Anamatra (9.6);
- Senadores Júlio Campos e Carlos Bezerra e Deputados Benedito Pinto e Romoaldo Júnior (17.6);
- Dr. Gesner Oliveira, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE (18.6);
- Dr. Paulo Toledo, Diretor da Empresa Brisa (19.6);
- Deputado Eduardo Barbosa (19.6);
- Embaixador da Polônia, Dr. Boguslaw Zakrzewski (24.6);
- Dr. Luiz Otávio de Barros Barreto (29.6);
- Prof. Antônio Eustáquio Costa, Diretor da Imprensa Nacional (1º.7);
- Dr. João Carlos Mayer e comissão de Juízes da Seção Judiciária do DF (2.7);
- Dr. Walter do Carmo Barletta, Procurador-Geral da União (2.7);
- Dr. João Paulo Pires de Vasconcelos, Assessor do Governador de Minas Gerais (3.7);
- Drs. Elton Calixto e Rubens Ferraz (8.7);
- Juiz Sergio Feltrin Corrêa, do TRF da 2ª Região (8.7);
- Dr. Expedito Teixeira de Carvalho (14.7);
- Dr. Aylton Marcelo Barbosa da Silva, Procurador do Estado de São Paulo (15.7);
- Ministro Oscar Dias Corrêa aposentado, do STF (16.7);
- Promotores, Juízes e Representantes Legislativos do Estado do Espírito Santo (16.7);
- Dr. João Alberto Pizza, ex-Presidente da OAB/SP (17.7);
- Dr. Luciel Caxiado (22.7);
- Dr. Mário de Souza Figueiredo, Subprocurador-Geral do Estado do Pará (23.7);
- Audiência ao Dr. Antônio Corradi, da Terracap, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (23.7);
- Desembargador Hermenegildo Gonçalves, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (30.7);
- Encarregado de Negócios da Embaixada da Rússia, Ministro Conselheiro Evgueni Voronin (6.8);

- Cônsul da Costa Rica, Senhor Assad Muhamad (6.8);
- Dra. Ela Viecko Wolkmer de Castilho, Subprocuradora-Geral da República (20.8);
- Dr. Gilmar Ferreira Mendes, Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (21.8);
- Drs. Frederico José da Silva e Prudente Amaral, Gerente-Geral e Gerente de Contas da Agência Tribunais do Banco do Brasil, respectivamente (24.8);
- Desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (25.8);
- Juiz Pablo Cachón Villar, do Tribunal Constitucional da Espanha (31.8);
- Embaixador da Espanha, Dr. Cesar Alba (31.8)
- Dr. Fernando Freire, Vice-Governador do Rio Grande do Norte (2.9);
- Desembargador Lecir Manoel da Luz, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (3.9);
- Dr. Jorge Roberto Silveira, Prefeito de Niterói (23.9);
- Juiz Plauto Afonso da Silva Ribeiro, Presidente do TRF da 1ª Região (23.9);
- Dr. Evgueni Voronin, Encarregado de Negócios da Embaixada da Rússia (24.9);
- Juiz Paulo Freitas Barata, do TRF da 2ª Região (24.9);
- Desembargador José Fernandes Filho, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (2.10);
- Dr. Fernando Ribeiro, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (2.10);
- Dr. Leon Zsklarovsky e Prof. Mário Frota, das Universidades do Porto e de Paris, respectivamente (5.10);
- Embaixador da Polônia, Dr. Boguslaw Zakrzewski, e Conselheiro Jaroslaw Spyra (5.10);
- Dr. Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Presidente da AMB (6.10);
- Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (7.10);
- Ministro Washington Bolívar de Brito aposentado, do STJ (9.10);
- comitiva de Juízes Federais da 1ª Região (9.10);
- Juíza Maria Helena Cisne Cid, do TRF da 2ª Região (19.10);
- Ministro Sálvio de Figueiredo, Dr. Carlos Caputo Bastos e Dr. Urbano Vitalino de Melo Filho, Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB (19.10);
- Desembargadores Hermenegildo Fernandes Gonçalves e Edmundo Minervino Dias e o Assessor Especial Embaixador Asdrúbal Ulisséia (23.10);
- Deputado Ney Lopes (26.10);
- Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, Subprocurador-Geral da República (3.11);
- Dr. Francisco Alves de Sá, Diretor-Presidente da Fulbrás Fundação Franco-Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento (3.11);
- Drs. Delza Curvello, Paulo de Tarso Braz Lucas e Walter do Carmo Barletta (6.11);
- Dr. José Bonifácio de Andrada, Consultor Jurídico do Ministério da Previdência e Subprocurador-Geral da República (6.11);
- Coronel Paulo Roberto Costa e Silva, Chefe da Quinta Assessoria do Gabinete do

- Ministro do Exército (9.11);
- Dr. Saulo Ramos (10.11);
- Procurador-Geral do Estado de São Paulo, Dr. Márcio Sotelo Felipe (11.11);
- advogados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (11.11);
- Dr. José Arnaldo de Arruda Alvim Netto e Desembargador Marcos Vinícius dos Santos Andrade (12.11);
- Dr. Dionísio Vieira, Chefe de Gabinete do Deputado Sarney Filho (12.11);
- Ministro João Américo de Souza aposentado, do TST (12.11);
- Drs. José Roberto de Moraes, Subprocurador do Estado de São Paulo, e Pedro Ubiratan, Procurador (12.11);
- Desembargador Amado Cilton Rosa, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (13.11);
- Dr. Flávio de Almeida Salles Júnior, Secretário-Geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal (19.11);
- Procurador-Geral do Reino-Unido, Sr. Rt. Honorable John Morris, acompanhado do Sr. David Simour, Assessor, e da Sra. Sarah Gillett, Primeira-Secretária da Embaixada (24.11);
- Ministro de Estado da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lélvio Viana Lôbo, e o Alto Comando do Ministério (30.11);
- Embaixador Frederico César de Araújo, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores (1.12);
- Dr. Evgueni Voronin, Encarregado de Negócios da Embaixada da Rússia (3.12);
- Ministro Seixas Telles, do STM (3.12);
- Deputado Luiz Estevão (10.12);
- Dr. José Roberto de Moraes, Subprocurador do Estado de São Paulo (11.12);
- Sr. Pedro Stédile, Presidente do Movimento dos Sem-Terra, acompanhado do Dr. Jovelino Strozake, Advogado do MST, Gilberto Portes e um representante das vítimas do massacre de Carajás (11.12);
- Dr. Amaury José de Aquino Carvalho, Procurador Regional da União da 1ª Região, acompanhado dos Drs. Bob Wright, Presidente da Comissão Judiciária de Louisiana; Dale Broussard, Diretor de Operações Especiais do Departamento de Justiça; Carlos Caputo Bastos, Presidente da Comissão Internacional da OAB; Esdras Dantas de Souza, Conselheiro Federal da OAB; e Hubert da Silva Neiva, Vice-Cônsul do Brasil em Miami (15.12);
- Juiz Douglas Alencar Rodrigues, Vice-Presidente de Divulgação Cultural da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho Anamatra (17.12).

Audiências concedidas ao Presidente

- Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Antônio de Oliveira Maciel (26.3);
- Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso (26.3);
- Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan (14.5);
- Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional;
- Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados (28.5);
- Ministro Wagner Pimenta, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (25.8);
- Ministro de Estado da Justiça, Senador Renan Calheiros (15.12).

Entrevistas a jornalistas e veículos da Mídia

- Gilberto Amaral, da TV Brasília (24.3);
- TV Alterosa Minas Gerais (6.4);
- TV Senado (7.4);
- Josemar Dantas, editor do Caderno Direito & Justiça, do *Correio Braziliense* (8.4);
- Pedro Rocha, do jornal *O Estado de Minas* (15.4);
- Ana Paula Macedo, do jornal *O Globo* (22.4);
- Márcio de Freitas, do jornal *Hoje em Dia Minas Gerais* (23.4);
- Rádio Nacional, Programa Revista Nacional (22.5);
- Fernando César Mesquita, da TV Senado (22.5);
- Márcio Salema, da TV Record (9.6);
- Cláudia Safatle e Rosângela Bittar, do *Jornal do Brasil* (9.7);
- Sandro Silveira, do jornal *Correio Braziliense* (6.8);
- *Jornal Telemanhã*, da TV Brasília (7.10);
- Álvaro Pereira, da TV Brasília (7.10);
- TV Bandeirantes (7.10);
- TV Globo (7.10);
- *Jornal Telemanhã*, da TV Brasília (14.12);
- TV Câmara (22.12);
- TV Nacional (22.12);
- Pedro Luiz Rodrigues, do jornal *O Estado de S. Paulo*;
- TV Brasília (23.12).

Solenidades de Posse

- Ministros Antônio de Pádua Ribeiro e Cid Flaquer Scartezini nos cargos de, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Tribunal (2.4);
- Senador Renan Calheiros no cargo de Ministro de Estado da Justiça (7.4);

- Juízes Plauto Afonso da Silva e Fernando da Costa Tourinho Neto nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do TRF da 1ª Região (16.4);
- Desembargadores Hermenegildo Fernandes Gonçalves, Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên e Lécio Resende da Silva nos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor, respectivamente, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (22.4);
- Juiz Aldir Passarinho Junior no cargo de Ministro do STJ (28.5);
- Juiz Gilson Langaro Dipp no cargo de Ministro do STJ (29.6);
- novo quadro do Conselho da Justiça Federal (1º.7);
- novos dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho (3.8);
- novos Juízes Federais Substitutos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (29.9);
- Ministros Iram de Almeida Saraiva e Humberto Guimarães Souto nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, respectivamente (16.12).

Encontros, Seminários e Congressos

- Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça - Curitiba/PR (5 a 8.3);
- 1º Encontro Interamericano de Direito do Consumidor e 4º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, proferindo pronunciamento em nome da magistratura nacional - Gramado/RS (8.3);
- Seminário sobre a Aplicação das Normas do Mercosul pelo Juiz Nacional, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do CJF - Brasília/DF (25 e 26.5);
- pronunciamento no encerramento do "Seminário sobre a Aplicação das Normas do Mercosul pelo Juiz Nacional", realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do CJF - Brasília/DF (26.5);
- Encontro Internacional de Direito Ambiental na Amazônia Macapá/AP (4.6);
- Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil - Campo Grande/MS (25 a 27/6);
- Ciclo Internacional de Estudos Ministro Luiz Gallotti, presidência da mesa de debates e discurso de encerramento - Recife/PE (3 e 4.8);
- I Encontro Nacional da Execução Penal - Brasília/DF (17 a 20.8);
- pronunciamento na abertura do Simpósio sobre o "Direito dos Valores Mobiliários" - São Paulo/SP (18.8);
- pronunciamento na abertura do XV Seminário Roma-Brasília - Brasília/DF (27.8);
- Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil - Rio de Janeiro/RJ (27 a 29.8);
- palestra sobre "As Novas Tendências do Direito Processual Civil" no IV Ciclo Internacional de Conferências, promovido pela Escola Judicial do TRT da 23ª Região e pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região - Cuiabá/MT (29.8);
- pronunciamento na abertura da Reunião dos Diretores dos Tribunais Regionais Federais e do Conselho da Justiça Federal - Brasília/DF (31.8);
- palavra no encerramento do I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional - Brasília/DF (24.10);

- Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil - Maceió/AL (29 a 31.10);
- palestra na abertura da Conferência sobre a Reforma do Judiciário - Belo Horizonte/MG (16.11);
- palestra sobre "A Reforma do Poder Judiciário" - Goiânia/GO (23.11);
- palestra na abertura do Simpósio Jurídico do Brasil sobre "As Novas Tendências do Direito Processual Civil" - Brasília/DF (25.11);
- Encontro dos Juízes Federais da 5ª Região - Recife/PE (26.11);
- palestra no I Seminário Internacional sobre "Lavagem de Dinheiro" - Brasília/DF (3.12);
- reunião extraordinária do Conselho Executivo da Associação dos Magistrados Brasileiro com a Comissão de Estudos da Reforma Constitucional - Brasília/DF (9.12).

Eventos internos

- inauguração do Posto Médico Avançado do STJ (10.2);
- solenidade em comemoração do *Dia das Mães*, com palestra-show de Mônica Nóbrega (11.5.);
- pronunciamento na abertura da Semana de Saúde do STJ (19.5);
- sessão plenária para elaboração da lista tríplice para preenchimento da vaga do Ministro Américo Luz (3.6);
- apresentação, pela Secretaria de Informática, do Sistema Intranet (novos textos e modelos para a Internet) (18.6);
- pronunciamento na solenidade de abertura da "Semana Comemorativa do Cinquentenário da Biblioteca do STJ" (22.6);
- pronunciamento na inauguração da Intranet do STJ (21.8);
- cerimônia de abertura da Semana da Pátria (1º.9);
- pronunciamento na abertura das solenidades comemorativas do Dia do Servidor, STJ (26.10);
- cerimônia de condecoração dos servidores eleitos para receber a Medalha de Mérito do Servidor Judiciário (26.10);
- apresentação, pela Secretaria de Informática, do novo sistema eletrônico de envio de dados para a Imprensa Nacional (11.11);
- cerimônia em homenagem ao "Dia da Bandeira" (19.11);
- apresentação de projeto da Secretaria de Informática e Assessoria de Imprensa (20.11);
- sessão extraordinária do Plenário para elaboração de lista tríplice para vaga do Ministro José Dantas (24.11).

Condecorações

- "Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier", concedida pelo Comando Militar do Distrito Federal (13.5);
- "Colar do Mérito Judiciário", outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (4.6);
- admissão na Ordem do Mérito Forças Armadas, no Grau de Grande-Oficial, concedida

- pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República (5.8);
- "Medalha Desembargador Joaquim Nunes Machado", concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco por ocasião da comemoração do 176º aniversário daquela Corte (13.8);
- Medalha "Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho", concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Cuiabá/MT (29.8);
- "Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Moura Castro", concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - Maceió/AL (29.10);
- "Medalha Desembargador Hélio Costa", concedida pela Comarca de Pará de Minas - MG(8.12).

Homenagens

- Ministro José de Jesus Filho, devido à sua aposentadoria, em Sessão Plenária (27.5);
- Ministro Américo Luz, por motivo da sua aposentadoria, em Sessão Plenária (5.8).

Outros eventos

- solenidade de assinatura do termo de compromisso de permuta de imóveis entre a Caixa Econômica Federal e TRF da 3ª Região - São Paulo/SP (16.2);
- solenidade de entrega da redação final do esboço de Anteprojeto do Código Penal (24.3);
- solenidade de entrega de Medalhas da Ordem do Mérito Aperipê e do Mérito Serigy ao Ministro José Arnaldo da Fonseca - Aracaju/SE (23 a 26.4);
- cerimônia de descerramento da foto do Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite na Galeria dos Corregedores-Gerais da Justiça Federal (21.5);
- solenidade de transmissão do cargo de Comandante do Sexto Comando Aéreo Regional ao Major-Brigadeiro-do-Ar Edilberto Teles Sirotheau Corrêa (3.8);
- solenidade de instalação das 3ª e 4ª Varas Federais de Londrina/PR (15.10);
- cerimônia de instalação dos Juizados Especiais no Distrito Federal (19.10);
- pronunciamento na abertura das solenidades comemorativas do Dia do Servidor, CJF (23.10);
- cerimônia de sanção do Projeto de Lei de Penas Alternativas (25.11);
- solenidade de aposição do retrato do Senhor Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello na Galeria dos ex-Presidentes do TSE (10.12);
- sessão solene de diplomação dos Excelentíssimos Senhores Fernando Henrique Cardoso e Marco Antônio de Oliveira Maciel como Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente (12.12);
- inauguração do Sistema STJ/Push na Seccional da OAB de São Paulo (14.12);
- assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho da Justiça Federal e a Advocacia-Geral da União (18.12).



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE ANÁLISE DE DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Relatório Estatístico de Procedimentos Analisados - 1998

1. Quantidade de procedimentos analisados	1.334
2. Quantidade de procedimentos validados	733
3. Quantidade de procedimentos diligenciados	601
4. Quantidade de procedimentos validados após diligência	423
5. Quantidade de procedimentos pendentes de regularização	177
6. Relação entre os procedimentos validados sobre os analisados	$\frac{PV}{PA} = \frac{733}{1.334} = 55\%$
7. Relação entre os procedimentos diligenciados sobre processos analisados	$\frac{PD}{PA} = \frac{601}{1.334} = 45\%$
8. Relação entre os procedimentos validados após diligência sobre processos diligenciados	$\frac{PVD}{PD} = \frac{423}{601} = 70\%$
9. Relação dos procedimentos diligenciados ainda pendentes de regularização sobre processos diligenciados	$\frac{PDR}{PD} = \frac{177}{601} = 29\%$
10. Quantidade total de processos analisados	1.012

Total de Procedimentos Analisados

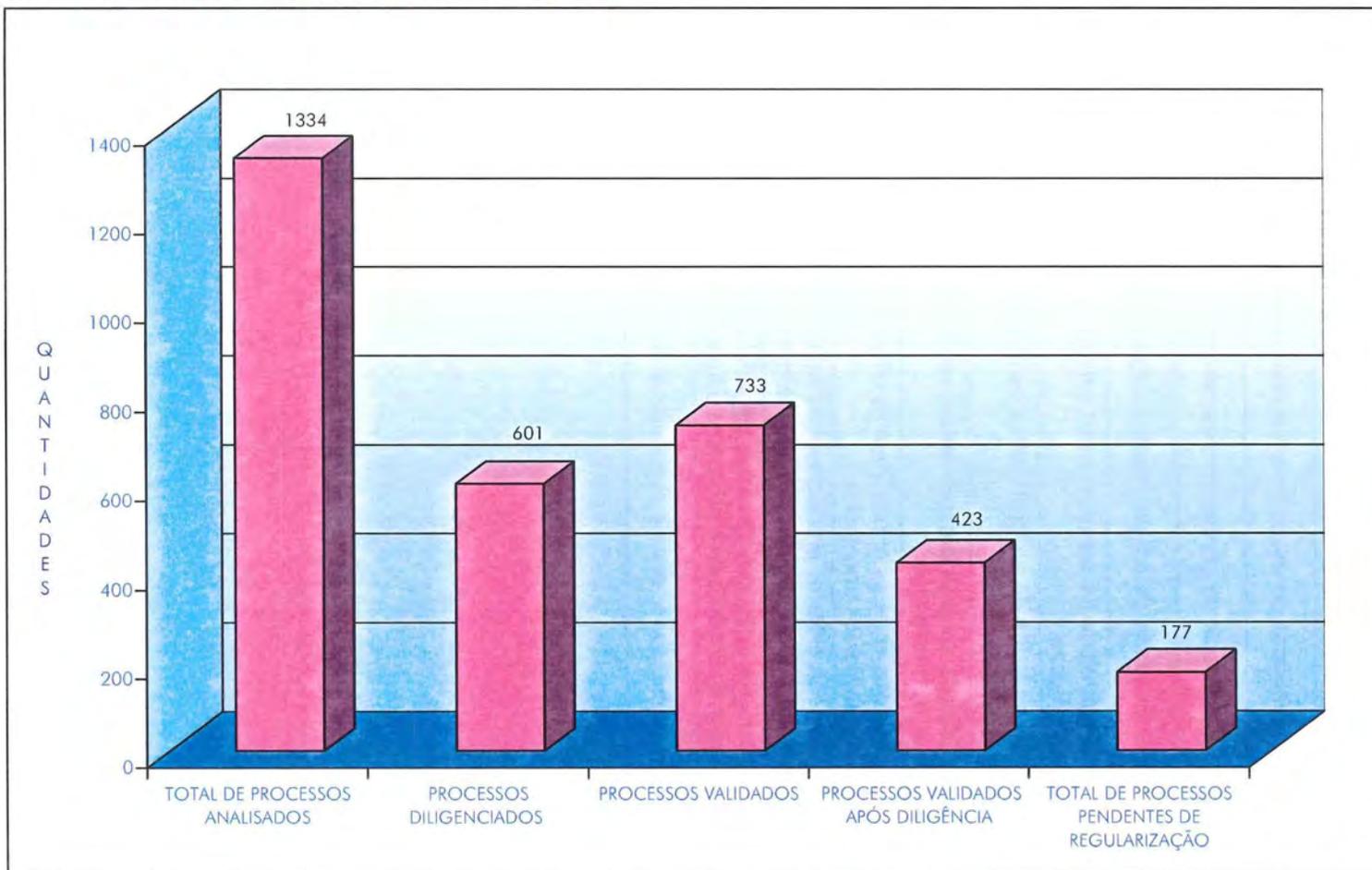
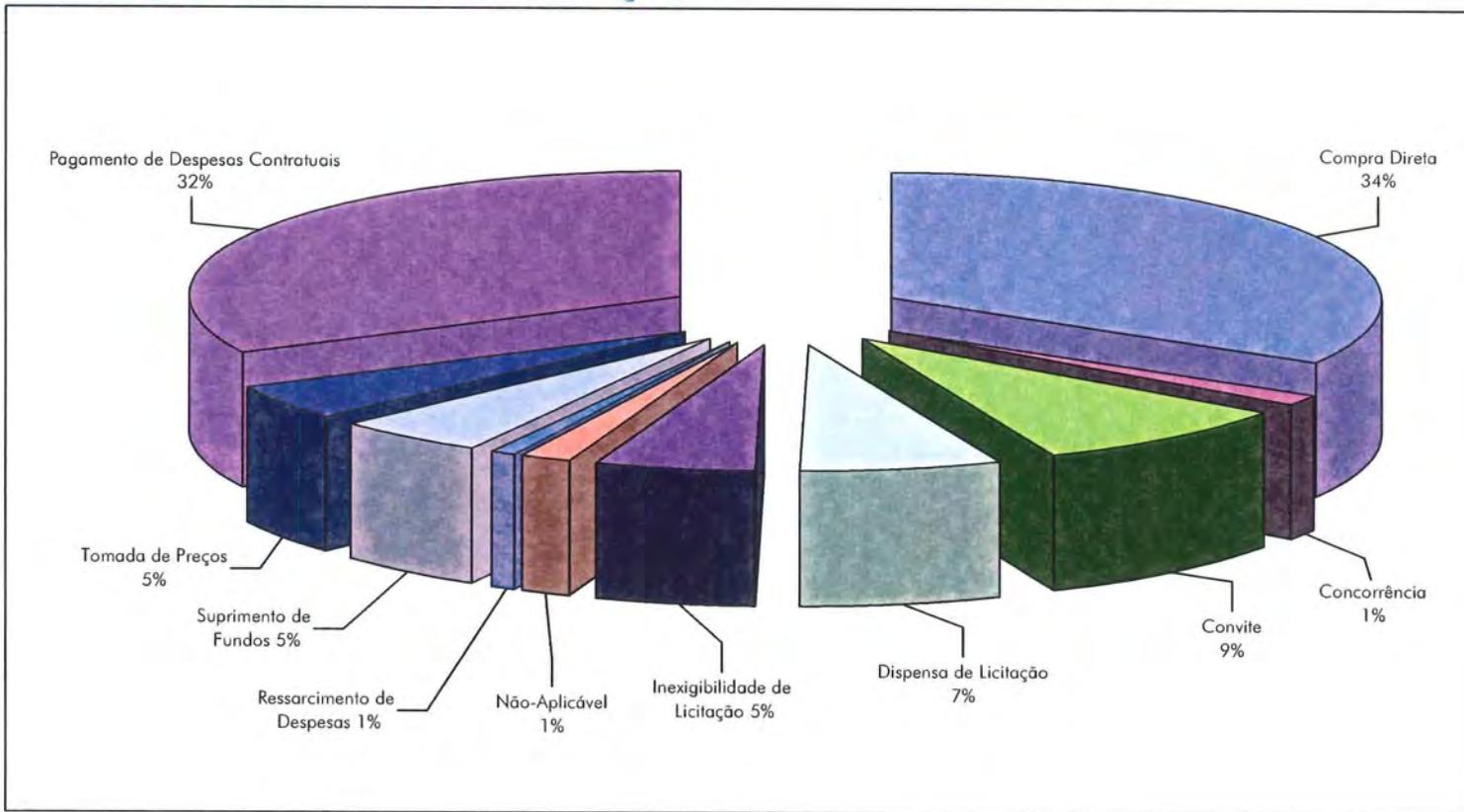
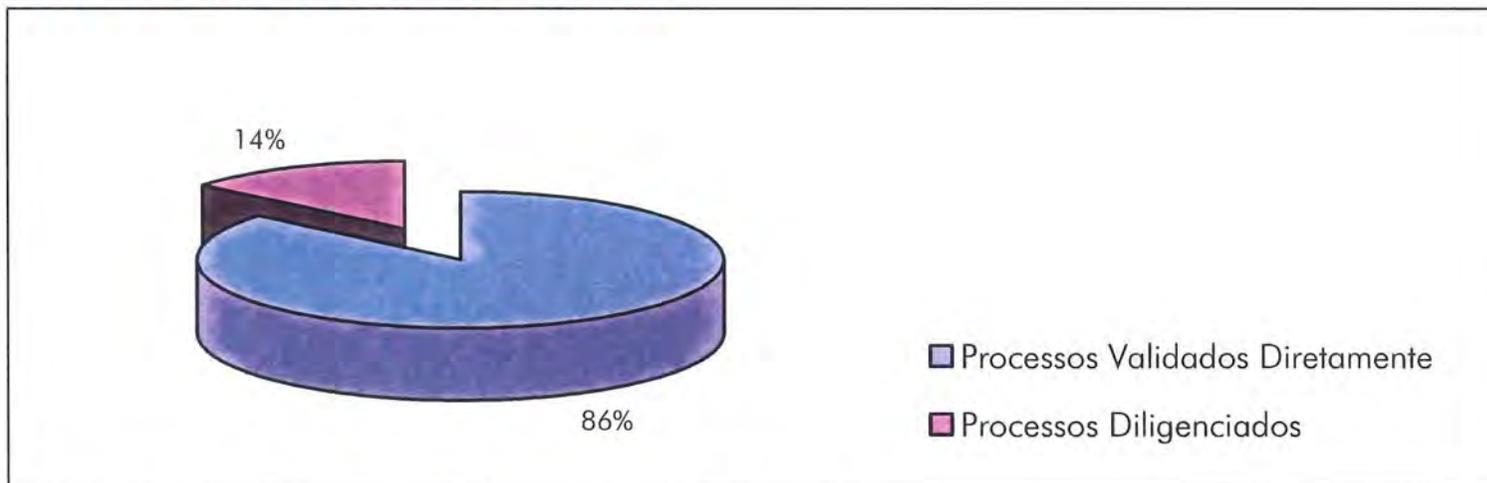


Gráfico por modalidade de Licitação

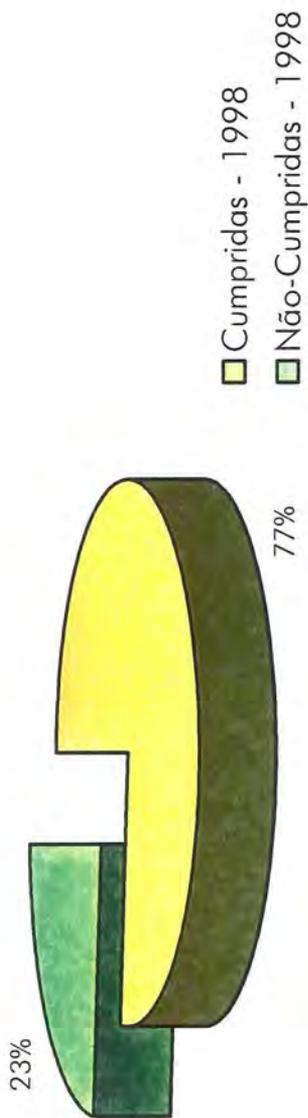


Resultado dos Processos Analisados



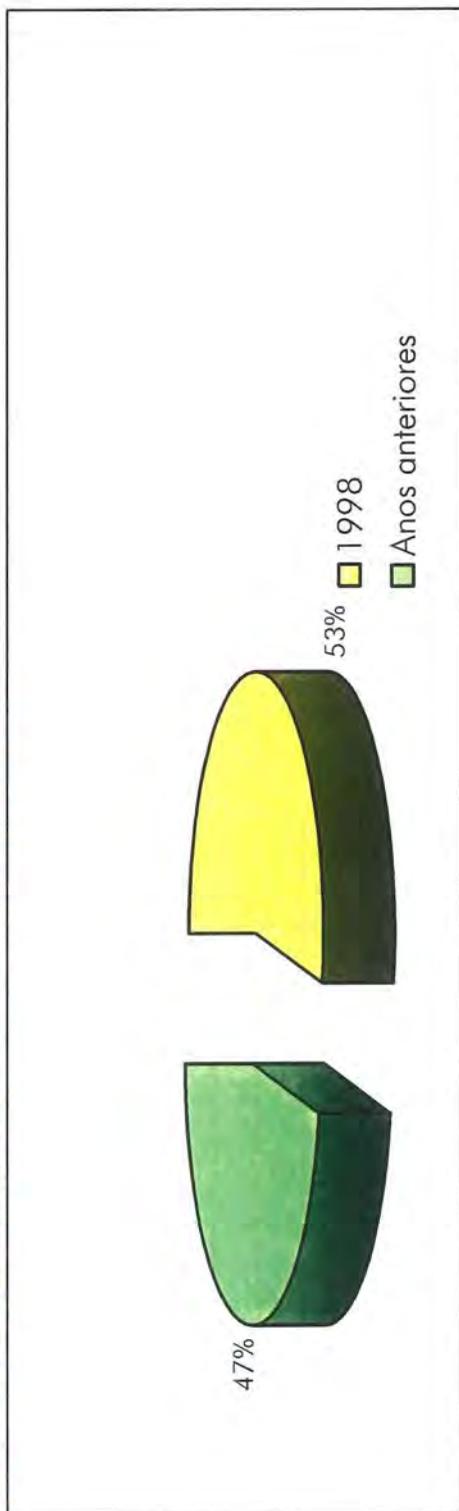
Processos Validados Diretamente	2.286
Processos Diligenciados	372
Total de Processos Analisados	2.658

Cumprimento de Diligências



Cumpridas - 1998	235
Não-Cumpridas - 1998	72
Total	307

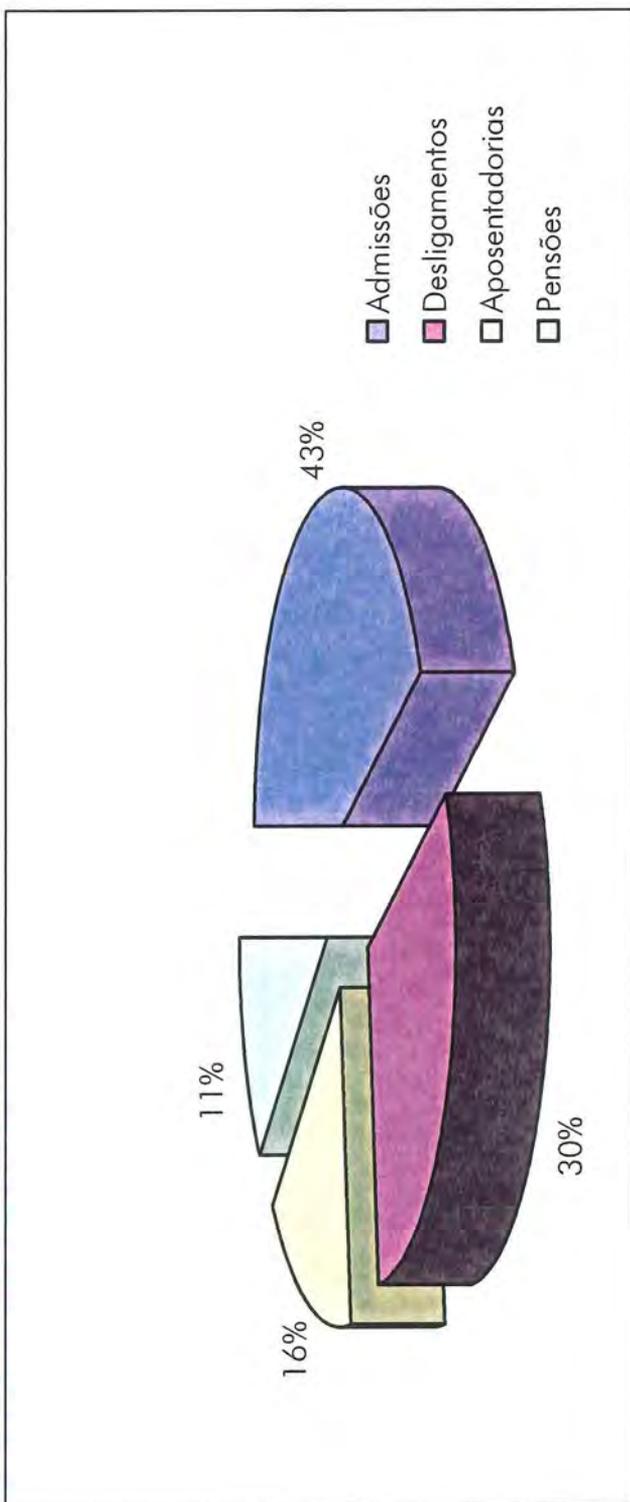
Processos em Diligência - "Todos os Anos"



1998	72
Anos anteriores	64
Total	136

Processos enviados ao TCU

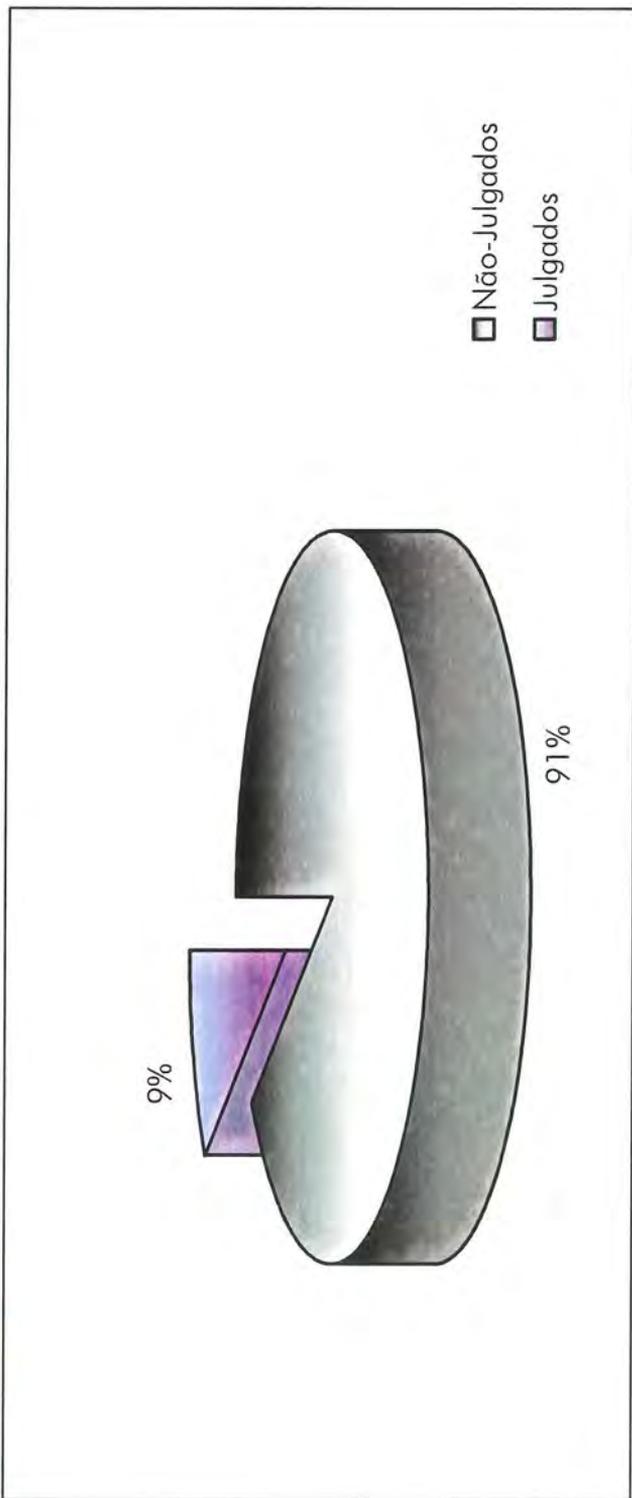
Natureza dos Processos



Admissões	219
Desligamentos	157
Aposentadorias	82
Pensões	57

Processos enviados ao TCU

Resultado

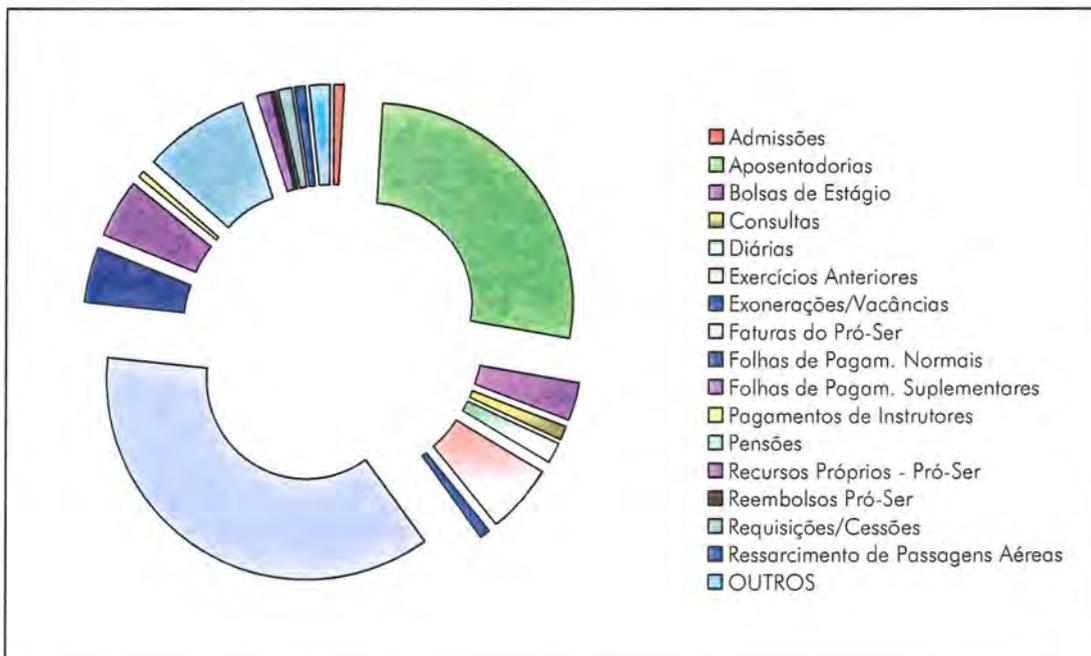


Não-Julgados	996
Julgados	103

Divisão de Análise de Despesas com Pessoal

Volume de Processos Analisados

Tipo de Processo	Qtde.	Peso	Tipo de Processo	Qtde.	Peso
Admissões	34	2	Reembolsos Pró-Ser	33	1
Aposentadorias	76	24	Requisições e Cessões de Servidores	70	1
Bolsas de Estágio	9	24	Ressarcimento de Passagens Aéreas	60	1
Consultas	3	24	Diversos	102	1
Diárias	111	1	Detalhamento de Diversos		
Exercícios Anteriores	25	1,5	Ajudas de Custo	6	1
Exonerações/Vacâncias	49	1	Auxílios-funerais	7	1
Faturas do Pró-Ser	1.915	1,3	Contratos do Pró-Ser	18	2
Folhas de Pagamento Normais	6	50	Licenças/Afastamentos	16	1
Folhas de Pagamento Suplementares	27	12	Redistribuições	4	1
Pagamentos de Instrutores	36	1	Serviços Extraordinários	11	1
Pensões	29	20	Vales-transporte (distribuição)	17	1
Recursos Próprios - Pró-Ser	73	1	Outros	23	1
Total Absoluto de Processos Analisados					2.658



Obs.: No gráfico acima, considerou-se o peso relativo de cada processo.

Natureza dos Processos

Tipo de Processo	Quantidade Absoluta	Peso Relativo
Admissões	27	2
Aposentadorias	76	24
Bolsas de Estágio	9	24
Consultas	3	24
Diárias	111	1
Exercícios Anteriores	25	15
Exonerações/Vacâncias	49	1
Faturas do Pró-Ser	1915	1,3
Folhas de Pagam. Normais	6	50
Folhas de Pagam. Suplementares	27	12
Pagamentos de Instrutores	36	1
Pensões	29	20
Recursos Próprios - Pró-Ser	73	1
Reembolsos Pró-Ser	33	1
Requisições/Cessões	70	1
Ressarcimento de Passagens Aéreas	60	1
OUTROS	109	1
T O T A L ABSOLUTO	2658	

Detalhamento do Campo "Outros" Tipo de Processo	Quantidade
Admissões	2
Ajuda de Custo	6
Auxílio Funeral	7
Contratos do Pró-Ser	18
Licenças/Afastamentos	16
Redistribuição	4
Serviço Extraordinário	11
Vale-Transporte (distribuição)	17
Investidura Originária	5
Diversos	23
TOTAL	109



	Pág.
Galeria dos Ministros	III
Composição.....	VII
Organograma.....	XIII
I - Resumo	1
II - Atividades judicantes.....	11
Gráfico geral das atividades judicantes.....	12
III - Publicações e jurisprudência.....	13
IV - Atividades extrajudiciais.....	15
1. Eleições - Presidente e Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e Membros do Tribunal Superior Eleitoral.....	15
2. Aposentadorias.....	15
3. Indicações à vaga de Ministro	15
4. Posses de Ministros.....	17
5. Homenagens.....	24
V - Relações com os Poderes públicos e autoridades.....	25
1. Relações nacionais.....	25
2. Relações internacionais	31
2.1. Autoridades recebidas.....	31
2.2. Missão oficial na Europa	35
2.2.1. Portugal	36
2.2.2. Polônia	37
2.2.3. Rússia.....	48
3. Participação em simpósios	57
VI - Atividades administrativas.....	61
1. Secretaria de Controle Interno.....	61
2. Secretaria do Tribunal	61
2.1. Secretaria Judiciária.....	62
2.2. Secretaria de Jurisprudência.....	63
2.3. Secretaria de Documentação	63

2.4. Secretaria de Administração e Finanças.....	65
2.5. Secretaria de Recursos Humanos	67
2.6. Secretaria de Serviços Integrados de Saúde	71
2.7. Secretaria de Informática	75
2.8. Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros.....	77
VII - Conclusão	79
Anexo I - Mapas dos julgados.....	81
Anexo II - Assessoria de Articulação Parlamentar	103
Anexo III - Presidência	107
Anexo IV - Secretaria de Controle Interno.....	115